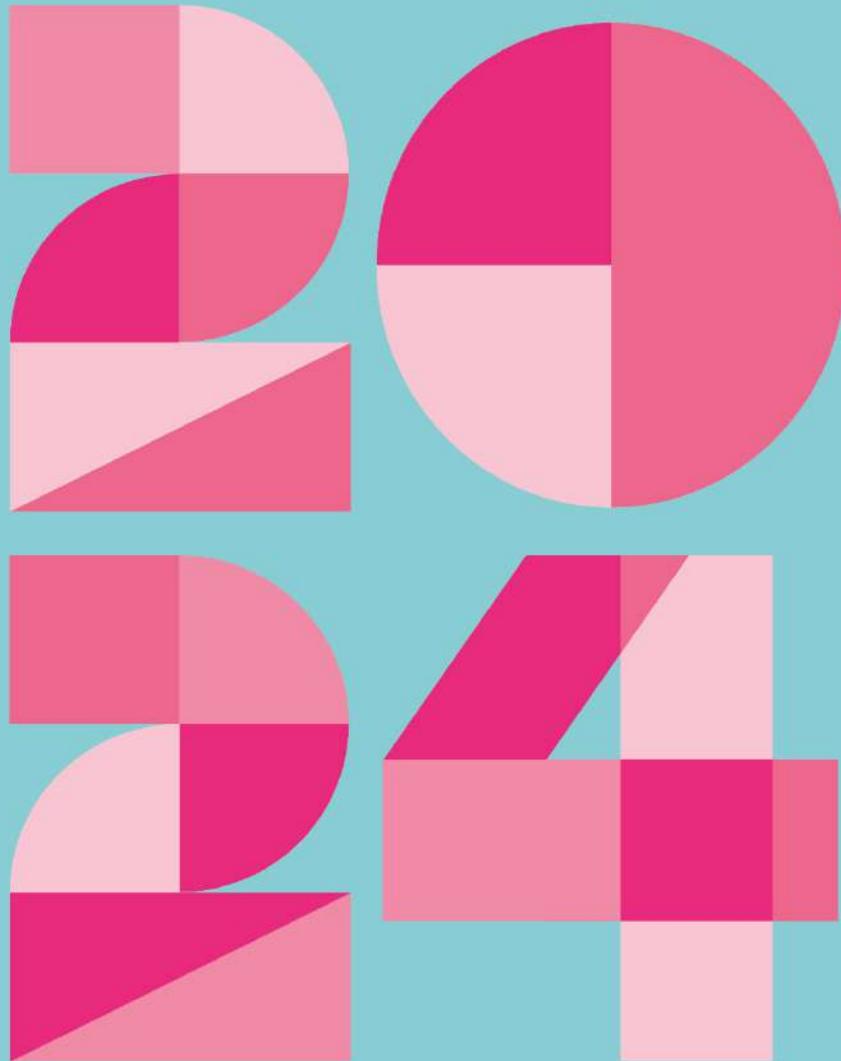




Irmãs
Hospitaleiras
PORTUGAL



RELATÓRIO E CONTAS

RELATÓRIO E CONTAS

2024





“Uma pessoa vale mais
que o mundo inteiro.”

S. Bento Henri
Cada 100

“A Ciência de Cuidar.

Capítulo 1

6 MENSAGEM DA PRESIDENTE

Capítulo 2

10 O INSTITUTO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

- 12 2.1 Natureza e Fins
- 12 2.2 Os nossos Valores, Missão e Visão
- 13 2.3 As Irmãs Hospitaleiras em Portugal
- 16 2.4 Cuidados e especialidades clínicas
- 19 2.5 Intervenções especializadas e inovação
- 21 2.6 Enquadramento estratégico
- 27 2.7 Bom Governo, Gestão e Modelo Organizacional

Capítulo 3

30 COMPROMISSOS COM OS COLABORADORES

- 32 3.1 Igualdade de oportunidades – diversidade e inclusão
- 32 3.2 Capacitação, desenvolvimento e formação
- 33 3.3 Saúde e segurança no trabalho/ laboral
- 33 3.4 Espaços de participação e envolvimento

Capítulo 4

34 PROTEGER E CUIDAR DO PLANETA

- 36 4.1 Compromisso com a sustentabilidade

Capítulo 5

38 2024 EM REVISTA E COMPROMISSOS FUTUROS

- 40 5.1 Destaques 2024
- 42 5.2 Dados chave do IIHSCJ

Capítulo 6

44 RELATÓRIO DE GESTÃO

- 46 6.1 Enquadramento macroeconómico 2024
- 46 6.2 Desempenho consolidado do IIHSCJ
- 60 6.3 Situação de dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária
- 62 6.4 Perspetivas para 2025
- 64 6.5 Proposta de aplicação de resultados
- 64 6.6 Eventos subsequentes

Capítulo 7

66 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 68 7.1 Demonstração de resultados
- 69 7.2 Balanço
- 70 7.3 Demonstração dos fluxos de caixa
- 71 7.4 Demonstração da alteração nos fundos patrimoniais

**72 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

74	1.	Nota introdutória	77	3.11	Instrumentos financeiros	82	6.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	96	20.	Créditos a receber
74	2.	Enquadramento fiscal	77	3.12	Ativos fixos tangíveis	82	7.	Vendas e serviços prestados	96	20.1	Imparidades de dívidas a receber
74	3.	Principais políticas contabilísticas	78	3.13	Ativos intangíveis	83	8.	Subsídios, doações e legados à exploração	98	21.	Estado e outros entes públicos
75	3.1	Bases de apresentação	78	3.14	Imparidades de ativos	85	9.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	98	22.	Diferimentos - Ativo
75	3.2	Pressuposto da continuidade	79	3.15	Clientes e outras contas a receber	85	10.	Fornecimentos e serviços externos	99	23.	Outros ativos correntes
75	3.3	Pressuposto do regime do acréscimo	79	3.16	Inventários	86	11.	Gastos com o pessoal	99	23.1	Outros devedores
75	3.4	Regime contabilístico do acréscimo	79	3.17	Rédito	87	12.	Imparidades de dívidas a receber	99	23.2	Devedores por acréscimo de rendimento
75	3.5	Consistência de apresentação	79	3.18	Subsídios ao investimento	87	13.	Aumentos/reduções de justo valor	100	24.	Caixa e seus equivalentes
75	3.6	Materialidade e agregação	80	3.19	Imposto sobre o rendimento	88	14.	Outros rendimentos	101	25.	Fundos patrimoniais
76	3.7	Compensação	80	3.20	Provisões, ativos e passivos contingentes	90	15.	Outros gastos	101	26.	Financiamentos obtidos
76	3.8	Informação comparativa	80	3.21	Demonstração de fluxos de caixa	91	16.	Ativos fixos tangíveis	102	27.	Fornecedores
76	3.9	Juizados de valor e estimativas críticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras	81	4.	Eventos subsequentes	94	17.	Ativos intangíveis	102	28.	Diferimentos - Passivo
77	3.10	Caixa e seus equivalentes	81	5.	Gestão de riscos da atividade	95	18.	Investimentos financeiros	103	29.	Outros passivos correntes
			81	5.1	Risco de crédito	95	19.	Inventários	103	30.	Contingências, garantias e compromissos
				5.2	Risco de mercado				103	31.	Ativos sob gestão
				5.3	Risco de liquidez				103	32.	Eventos subsequentes



**Mensagem da
Presidente**

O documento que apresentamos - Relatório de Gestão e Contas 2024 - integra toda a informação relevante da atividade desenvolvida no ano transato pelo Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, no âmbito da prestação de cuidados de saúde, fim principal desta Instituição.

O ano 2024 foi, no âmbito da missão assistencial do Instituto, um ano significativo para a consolidação de processos ao nível de identidade carismática, gestão e administração, económico-financeira, recursos humanos e comunicação externa. Em linha de continuidade com a estratégia do Instituto das Irmãs Hospitaleiras, demos passos na reconfiguração de respostas e intervenções especializadas, sobretudo no âmbito de ambulatório, hospital de dia e intervenção comunitária.

A presença geográfica do Instituto IHSCJ – Continente e Regiões Autónomas - tem permitido uma capacidade de resposta ao nível da prestação de cuidados de saúde ampla e diversificada. Durante o ano 2024 assistimos mais de 10 mil pessoas, nas diferentes estruturas assistenciais, quer em internamento, quer em ambulatório.

O compromisso de acompanhar e cuidar as equipas assistenciais e não assistenciais, consolidando os diferentes programas de “cuidar dos cuidadores” tem sido um processo constante e que envolve todos os níveis da organização. No Projeto Hospitaleiro Integral, o mais importante são as pessoas: destinatárias dos nossos serviços, quem as assiste e todas as pessoas que, de um modo ou de outro, participam na missão¹. No ano 2024 vivemos desafios de atratividade, consolidação e retenção em relação aos recursos humanos.

Garantir a estabilidade e a sustentabilidade identitária e financeiras do Instituto IHSCJ, num cenário de instabilidade política e financeira, é exigência e preocupação significativa para toda comunidade hospitaleira, sobretudo ao nível dos membros de direção do Instituto e dos centros assistenciais. Valorizamos os compromissos assumidos no processo de revisão do acordo de prestação de cuidados de saúde mental e psiquiatria entre o SNS e o Instituto IHSCJ.

Nas regiões em que estamos presentes, concretamente nas ilhas dos Açores e Madeira, a situação é mais preocupante pela estagnação dos valores de diárias de internamento e sem vislumbrar eventual negociação de novos acordos com os serviços regionais de saúde. Esperamos que a saúde mental seja efetivamente uma prioridade nos compromissos governamentais.

¹ Irmãs Hospitaleiras SCJ – Carta de Identidade, 2010. n. 9.

Em suma, queremos salientar que, apesar das dificuldades, o sentido essencial da nossa missão - cuidar as pessoas com doença mental e sofrimento psíquico e promover a dignidade e a vida - centrou todos os esforços de gestão e orientou-nos diariamente para fazer o bem, bem feito, unindo ciência e humanização. A obra das Irmãs Hospitaleiras fundamenta-se numa prática de cuidado que une **conhecimento científico e profunda sensibilidade humanista**, refletida no lema “Cuidar com Coração”.

A HOSPITALIDADE, vivida com CORAÇÃO, nos diferentes âmbitos da nossa Instituição é construída, nos pequenos gestos do dia-a-dia, a partir de um mundo mais humano e fraterno, onde as pessoas doentes, as suas famílias e todos os que se sentem nas margens silenciosas da exclusão, encontram um lugar que as dignifica!

Um OBRIGADO de coração a todos os colaboradores, irmãs e amigos da Obra Hospitaleira que tornam possível a missão de cuidar e servir junto da pessoa que sofre e suas famílias! Agradecemos todos os parceiros e demais *stakeholders* pelos apoios recebidos e colaboração mútua construída e que contribuem de forma singular para o alcançar dos objetivos do Instituto e novos horizontes de futuro.

Agradecemos a confiança de tantas pessoas com sofrimento psíquico e seus familiares, que acreditam na qualidade e humanismo dos nossos serviços e na competência hospitaleira das nossas equipas. Com esta certeza, juntos tornamos concreto e real o lema deixado pelo nosso fundador, S. Bento Menni: *UMA PESSOA VALE MAIS DO QUE O MUNDO INTEIRO*.

Paula Carneiro



**O Instituto das Irmãs
Hospitaleiras do Sagrado
Coração de Jesus**

2.1 NATUREZA E FINS

O **Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus** (IHSCJ) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) com fins de saúde, sob a forma de Pessoa Coletiva Religiosa (católica), instituída pela Província Portuguesa das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

Tem o seu registo definitivo em 08/07/1986 sob o n.º 2/86, no Livro 01 das Instituições com Fins de Saúde da Direção Geral da Segurança Social, e a sua Sede é na Rua Professor Luís da Cunha Gonçalves, nº 5 - 1º Esq., 1600-826 Lisboa.

Goza de personalidade jurídica canónica e civil, nos termos da Concordata celebrada entre a Santa Sé e a República Portuguesa (2004), e tem os seus Estatutos atualizados e aprovados, em novembro de 2021.

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras dedica-se à prevenção, promoção e proteção da saúde através da prestação de cuidados de medicina preventiva e curativa na área da psiquiatria e saúde mental, reabilitação e cuidados continuados e na prestação de cuidados ao nível da medicina paliativa.

2.2 OS NOSSOS VALORES, MISSÃO E VISÃO

Somos uma Instituição de saúde do setor social e a nossa atividade é orientada pelo compromisso de cuidar a vida com humanidade e qualidade, segundo os valores humanistas-cristãos, procurando que o bem que fazemos esteja configurado pelo bem-saber e bem-fazer no cuidado integral à pessoa. Neste dinamismo são importantes a dimensão axiológica de valores e identitária da Hospitalidade, integrando os avanços da ciência nas intervenções terapêuticas, de acordo com as melhores práticas, pois *“na assistência à pessoa doente, ciência e humanidade complementam-se”* segundo S. Bento Menni, fundador da Instituição.

2.2.1 VALORES

Os valores que nos orientam exprimem o nosso modo de ser institucional e têm a sua raiz no valor nuclear da **Hospitalidade**. A Hospitalidade consiste em oferecer espaço e tempo, atenção e cuidado, humanidade e recursos aos destinatários da nossa missão.

A nossa Hospitalidade define-se em oito valores:

SENSIBILIDADE EM RELAÇÃO AOS EXCLUÍDOS

A nossa Hospitalidade exprime uma sensibilidade especial em relação às pessoas mais carenciadas. A causa do outro torna-se nossa, num mundo que ainda estigmatiza o sofrimento psíquico.

SERVIÇO AOS DOENTES E NECESSITADOS

As pessoas doentes e mais frágeis ocupam o lugar central da nossa Instituição. São elas a razão de ser das nossas unidades de saúde hospitaleiras, o seu cuidado e atenção. Tudo, e todos, estamos ao seu serviço.

ACOLHIMENTO LIBERTADOR

A hospitalidade expressa-se no estilo de acolher, abrindo-se à realidade do outro. Nasce da vontade de aceitar um rosto novo, a pessoa e as suas vivências.

SAÚDE INTEGRAL

O nosso paradigma do cuidado integra todas as dimensões da pessoa numa visão humanista cristã, incorporando os progressos científicos e técnicos na atenção integral à pessoa.

QUALIDADE PROFISSIONAL

A qualidade é um objetivo institucional e abrange todas as áreas da organização. Cuidar bem exige-nos competência, qualificação, rigor e qualidade humana e profissional.

HUMANIDADE NA ATENÇÃO

Concebemos a assistência como um encontro humano e dignificador. Nasce da cordialidade, no pleno respeito da pessoa, os seus direitos, a sua cultura, os seus valores, as suas convicções e a sua fé.

ÉTICA EM TODA A ATUAÇÃO

A Hospitalidade em exercício é em si mesma uma experiência ética fundamental e englobante da nossa missão. Exigimos de nós mesmos uma atuação ética em todos os campos e em todas as decisões.

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Consideramos fundamental desenvolver a consciência individual e coletiva de fazer parte da história hospitaleira e de todos sermos, de forma solidária, protagonistas do momento atual da Hospitalidade.

O Instituto diferencia-se pelo seu Modelo Assistencial e Pedagógico baseado na centralidade da pessoa, no respeito e defesa da sua dignidade, numa abordagem integral, personalizada e interdisciplinar, que tem por objetivo a sua reintegração na sociedade. Seguindo os progressos da ciência e as melhores práticas, desenvolvemos o trabalho em equipa e promovemos a participação dos diferentes atores da Comunidade hospitaleira, contribuindo para o melhor cuidado à pessoa assistida.

2.2.2 MISSÃO

A missão da nossa Instituição encarna e expressa o carisma da Hospitalidade no acolhimento, assistência e cuidado especializado, preferencialmente às pessoas com doença mental e outras situações de sofrimento e maior vulnerabilidade.

Tudo orientamos para alcançar os melhores resultados, com qualidade clínica e técnica, humanidade, rigor científico e inovação, no respeito pela individualidade da pessoa, procurando a sustentabilidade, e sendo capazes de atrair e reter os melhores colaboradores.

2.2.3 VISÃO

A visão do Instituto das Irmãs Hospitaleiras é ser uma Instituição de referência em saúde, na prestação de cuidados especializados em saúde mental e psiquiatria, que une ciência e humanidade no cuidado da pessoa.

2.3 AS IRMÃS HOSPITALEIRAS EM PORTUGAL

A Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus foi fundada em Ciempozuelos (Madrid), a 31 de maio de 1881, por S. Bento Menni, Maria Josefa Récio e Maria Angústias Giménez. Em Portugal está presente desde 1894.

Ao longo de mais de 130 anos, a sua presença e atividade foi crescendo, sendo hoje uma realidade significativa nas doze unidades de saúde hospitaleiras e uma rede de serviços ampla e especializada no âmbito da saúde mental, reabilitação, demências e cuidados paliativos. Estes serviços são prestados em regime de ambulatório, internamento e intervenção comunitária.

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus conta com uma estrutura assistencial de 12 unidades de saúde hospitalares, com mais de 3 000 camas de internamento em diversas valências, em Portugal Continental e Ilhas.

12 UNIDADES DE SAÚDE HOSPITALEIRAS

Norte

Irmãs Hospitaleiras **Braga** - Casa de Saúde do Bom Jesus (1932)

Centro

Irmãs Hospitaleiras **Condeixa-a-Nova** - Casa de Saúde Rainha Santa Isabel (1959)

Irmãs Hospitaleiras **Guarda** - Casa de Saúde Bento Menni (1994)

Lisboa

Irmãs Hospitaleiras **Idanha | Sintra** - Casa de Saúde da Idanha (1894)

Irmãs Hospitaleiras **Belas | Sintra** - Casa de Saúde Santa Rosa de Lima (1921)

Irmãs Hospitaleiras **Parede | Cascais** - Centro Psicogeriátrico Nossa Senhora de Fátima (1948)

Irmãs Hospitaleiras **Lisboa** - Clínica Psiquiátrica de S. José (1956)

Alentejo

Centro de Recuperação de Menores | **Assumar** - Centro de Recuperação de Menores D. Manuel Salgueiro Trindade (1968)

Madeira

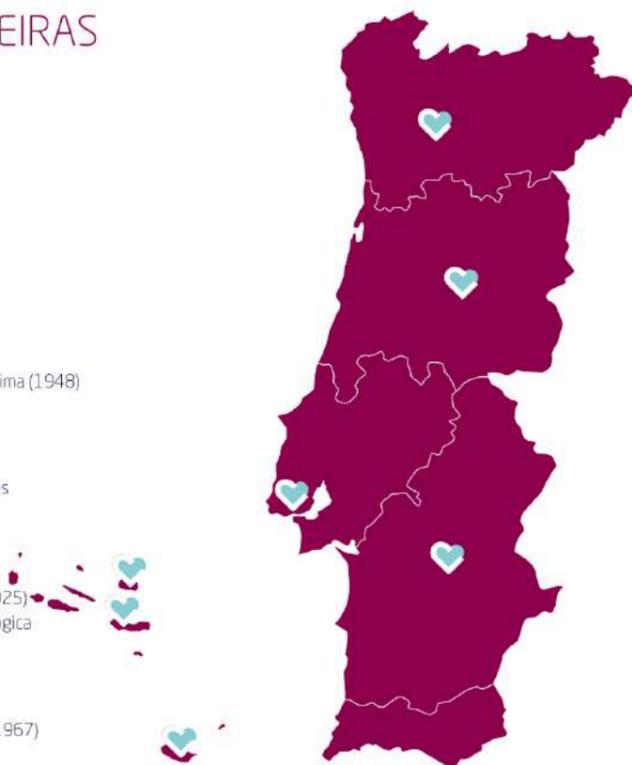
Irmãs Hospitaleiras **Câmara Pestana | Funchal** - Casa de Saúde Câmara Pestana (1925)

Irmãs Hospitaleiras **Sagrada Família | Funchal** - Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família (1950)

Açores

Irmãs Hospitaleiras **Ponta Delgada** - Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição (1967)

Irmãs Hospitaleiras **Angra do Heroísmo** - Casa de Saúde Espírito Santo (1967)



Uma breve caracterização de cada unidade de saúde hospitalar, por ordem de fundação:

1894

Fundação da **Casa de Saúde da Idanha** (CSI). Uma unidade de saúde hospitalar direcionada para a prestação de cuidados especializados na área da saúde mental e psiquiatria, com uma evolução e ampliação muito significativa ao longo da sua história. Durante várias décadas integrou no seu modelo de cuidar a complementaridade de outras especialidades: radiologia, oftalmologia, cirurgia, laboratório de análises clínicas, otorrinolaringologia, estomatologia e ginecologia, permanecendo ainda estas duas últimas. Nas últimas décadas continua a evoluir ao nível da inovação terapêutica e nas respostas integradas em saúde: reabilitação psicossocial, demências, cuidados paliativos, reabilitação global, lesão cerebral e pedopsiquiatria. A sua estrutura e equipas clínicas e técnicas de elevada competência têm contribuído para respostas cada vez mais diferenciadoras e especializadas em diversas áreas de saúde: internamento, ambulatório e comunitária.

1921

Surge a 2ª fundação em Belas: **Casa de Saúde de Santa Rosa de Lima** (CSSRL). Esta unidade de saúde hospitalar está direcionada para a área da psiquiatria geriátrica e reabilitação global, integrando a RNCCI com uma Unidade de Média Duração e Reabilitação.

1925

A 3ª unidade de saúde hospitalar surge na Madeira: **Casa de Saúde Câmara Pestana** (CSCP), S. Gonçalo - Funchal. Orientada para a psiquiatria geral, demência e reabilitação psicossocial, presta cuidados/serviços de saúde, com diferentes respostas e intervenções, de curto, médio e longo internamento. Conta ainda com uma Unidade de Longa Duração no âmbito dos Cuidados Continuados.

1932

Em Braga surge a 4ª fundação: **Casa de Saúde do Bom Jesus** (CSBJ). É uma unidade de saúde hospitalar orientada para a prestação de cuidados de saúde no âmbito da psiquiatria geral e saúde mental, reabilitação psicossocial, intervenções comunitárias de saúde mental e tratamento de comportamentos aditivos. Estas respostas situam-se em regime de internamento, ambulatório, área de dia e apoio domiciliário em saúde mental. Com uma nova estrutura física impulsionou-se uma reconfiguração da resposta assistencial ao nível do internamento e a estruturação da área de ambulatório, com diferentes intervenções especializadas.

1948

Marca o início da 5ª fundação, à data Hospital Ortopédico da Parede, sendo desde 1985 **Centro Psicogeriátrico Nossa Senhora de Fátima** (CPNSF). A sua missão específica orienta-se para a prestação de cuidados de saúde no âmbito da psiquiatria geriátrica e intervenção de reabilitação.

1950

Ano em que se realiza a 2ª fundação das Irmãs Hospitaleiras na Madeira e a 6ª no país, com a criação do **Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família** (CRPSF) - S. Roque - Funchal. É especificamente direcionado para a saúde mental da infância e adolescência, pedopsiquiatria, multideficiência, reabilitação psicopedagógica e educação especial.

1956

Neste ano realiza-se a 4ª fundação em Lisboa e a 7ª no país, com a criação da **Clínica Psiquiátrica de S. José** (CPSJ), uma unidade de saúde hospitalar especialmente direcionada para a psiquiatria geral - curto e médio internamento, área de ambulatório e estruturas de reabilitação.

1959

A 8ª fundação é na zona centro do país - a **Casa de Saúde Rainha Santa Isabel** (CSRSI), em Condeixa-a-Nova. É uma unidade de saúde hospitalar com uma ampla diversificação de respostas de saúde em psiquiatria, reabilitação e intervenção comunitária. Tem vindo a ampliar e especializar a área de ambulatório, oferecendo uma resposta qualificada.

1967

Em 1966 assinala-se o início da presença das Irmãs Hospitaleiras nos Açores, em S. Miguel. Em 1967 é inaugurada a **Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição** (CSNSC) - Ponta Delgada, uma unidade de saúde hospitalar direcionada para a prestação de cuidados de psiquiatria em várias valências e consulta externa.

1967

A presença das Irmãs Hospitaleiras na Ilha Terceira, surge neste ano com a **Casa de Saúde do Espírito Santo** - Angra do Heroísmo. Além da resposta de internamento na área da saúde mental e psiquiatria, esta unidade de saúde hospitalar desenvolve uma área de dia de reabilitação ocupacional e profissional importante. Conta ainda com estruturas residenciais de reabilitação psicossocial.

1968

Respondendo a um convite da Diocese de Évora, o IHSCJ faz-se presente em terras alentejanas assumindo a gestão do **Centro de Recuperação de Menores D. Manuel Salgueiro Trindade** (CRM) - Assumar. Esta unidade de saúde hospitalar desenvolve a sua intervenção em psiquiatria da infância e adolescência, multideficiência e reabilitação psicopedagógica e consulta externa nas especialidades de psiquiatria e psicologia.

1994

Em ano de 1º Centenário da Congregação em Portugal constitui-se a 12ª fundação, em terras originárias por onde S. Bento Menni terá entrado em Portugal para realizar a Restauração da Ordem Hospitaleira. Em 1994 nasce a **Casa de Saúde Bento Menni** (CSBM) - Guarda, uma unidade de saúde hospitalar direcionada para a prestação de cuidados de psiquiatria geral e reabilitação, em regime de internamento, área de dia, ambulatório e intervenção comunitária.

2.4 CUIDADOS E ESPECIALIDADES CLÍNICAS

Prestamos cuidados de saúde em diferentes áreas de intervenção: Psiquiatria e Saúde Mental; Psiquiatria da Infância e Adolescência; Psiquiatria Geriátrica; Envelhecimento e Demências; Reabilitação Global e Lesão Cerebral; Perturbação do Desenvolvimento Intelectual; Comportamentos Aditivos e Dependências; Reabilitação Psicossocial e Cuidados Paliativos.

A abordagem integral preconizada pelo modelo assistencial hospitalareiro assenta numa metodologia centrada na pessoa, num programa individualizado de cuidados, com enfoque especial no diagnóstico, planeamento, implementação e avaliação, desenvolvido por equipas de profissionais qualificados e multidisciplinares.

A pessoa assistida é o centro da missão hospitalareira. Para ela orientam-se todos os recursos institucionais: assistenciais, organizacionais, administrativos e humanos. Com ela, e com as pessoas que lhe são significativas, é definido, desenvolvido e monitorizado o seu plano terapêutico.

Este modelo hospitalareiro compromete 2 458 profissionais de saúde que colaboram com as Irmãs Hospitalareiras em diferentes áreas clínicas e técnicas, contribuindo desde o seu ser pessoal e a sua sabedoria e competência para uma assistência pautada pelas melhores práticas de prestação de cuidados, a proteção e a segurança das pessoas, em particular das mais vulneráveis.

2.4.1 ESPECIALIDADES CLÍNICAS

A nível assistencial, o ano de 2024 caracterizou-se fundamentalmente por uma consolidação da atividade e intervenções clínicas nas unidades de saúde das Irmãs Hospitalareiras em Portugal.

Impulsionámos áreas de inovação ao nível do envelhecimento e demências, reabilitação física, perturbações do comportamento alimentar, assim como ações de prevenção da saúde mental ao nível da infância e adolescência e intervenção comunitária.

Todas as especialidades abaixo mencionadas, nas suas especificidades de intervenção, produziram um trabalho assistencial que beneficiou mais pessoas, com maior rigor na prestação dos cuidados e, acima de tudo, com algumas áreas de inovação que importa realçar, nomeadamente:

- 1) *Psiquiatria de Intervenção* com aumento significativo de pessoas assistidas;
- 2) *Psiquiatria da Infância e Adolescência* com o desenvolvimento do projeto *No Stress* na promoção da saúde mental em meio escolar;
- 3) *Envelhecimento e Demências* com maior desenvolvimento da intervenção na comunidade através dos Ginásios Cerebrais e equipas de intervenção comunitária;
- 4) *Perturbações do Comportamento Alimentar* com o projeto RIPA;
- 5) *Comportamentos Aditivos e Dependências* com o alargamento da intervenção às adições não químicas ou farmacológicas (Internet, jogo, etc.).

Com a atividade assistencial em curso e com a introdução de áreas novas e intervenções inovadoras que permitem diversificar e diferenciar os cuidados, o IHSCJ prosseguiu com o cumprimento do Plano Estratégico Assistencial desenhado em 2022. O caminho a prosseguir é sempre na consolidação do modelo assistencial, com maior investimento na fundamentação científica dos cuidados assistenciais e no fortalecimento dos processos formativos. Ambicionamos aumentar a credibilidade de atuação e obter o justo reconhecimento externo, consubstanciando a notoriedade institucional.

Psiquiatria e Saúde Mental

É a principal área de intervenção e especialização das unidades de saúde das Irmãs Hospitalareiras, onde se disponibilizam cuidados especializados e integrais às pessoas com doença mental. A estrutura de serviços procura responder às várias fases da doença: na prevenção e diagnóstico, na crise aguda, na continuidade de cuidados de estabilização e, finalmente, no internamento prolongado e eventualmente em programas de reabilitação psicossocial e inserção comunitária e laboral. São desenvolvidos programas clínicos e de reabilitação em diferentes níveis com tratamento psicofarmacológico, intervenção psicoterapêutica, terapia ocupacional, psicomotricidade e apoio do serviço social e reabilitação. Neste processo terapêutico estão empenhadas equipas multidisciplinares técnicas, que proporcionam um acompanhamento permanente e adequado às necessidades de cada pessoa assistida. Todo este conjunto de cuidados assistenciais especializados é consubstanciado por um plano terapêutico individualizado (PII) visando a recuperação da pessoa e do seu projeto de vida na procura do seu equilíbrio e bem-estar.

Psiquiatria de Intervenção

É uma subespecialidade da Psiquiatria, que se centra no diagnóstico e tratamento de doenças e patologias psiquiátricas refratárias às terapêuticas farmacológicas tradicionais e psicoterapia, através de técnicas de intervenção diferenciadas que incluem a Eletroconvulsivoterapia (ECT), Estimulação Magnética Transcraniana (EMT) e Estimulação Transcraniana por Corrente Contínua bem como novas abordagens farmacológicas, nomeadamente Quetamina endovenosa e Esquetamina intranasal.

Psiquiatria da Infância e Adolescência

É uma especialidade médica que privilegia a área da saúde mental infantojuvenil na qual se intervém ao nível da prevenção, diagnóstico e tratamento de problemas emocionais e/ou comportamentais, escolares e de socialização das crianças e jovens, num trabalho continuado em articulação com as respetivas famílias. Para além disso, a pedopsiquiatria é uma especialidade médica que intervém na doença mental da infância e adolescência como resultado de perturbação do desenvolvimento e de todas as outras patologias de natureza psíquica que possam ocorrer nesta faixa etária. A intervenção em pedopsiquiatria integra um trabalho multidisciplinar do qual fazem parte a psicologia, outras especialidades clínicas e técnicos das áreas sociais e educativas.

Psiquiatria Geriátrica

É uma área orientada para a prestação de cuidados de saúde e reabilitação a pessoas com mais de 65 anos com doença mental, com início anterior ou após esta idade, sendo muito frequente a comorbilidade com doença orgânica e tendo como consequência transtornos mentais complexos, alterações e perdas funcionais relevantes, sobretudo de natureza cognitiva e comportamental. O diagnóstico mais frequente que requer esta intervenção especializada é de Síndrome Demencial nas suas diferentes formas clínicas. As intervenções especializadas integram a intervenção médica e de enfermagem, reabilitação psicológica, estimulação psicomotora, treino de atividades de vida diária, fisioterapia, reabilitação física e reabilitação cognitiva.

Envelhecimento e Demências

Constitui uma referência especializada nos cuidados de saúde e de reabilitação global de pessoas que apresentem défice cognitivo e demência. Assenta a sua intervenção em 4 áreas: avaliação, prevenção, intervenção e reabilitação. Na intervenção, aposta na terapêutica farmacológica aliada a terapias não farmacológicas inovadoras (como roboterapia, realidade virtual, realidade aumentada e treino cognitivo computadorizado), permitindo desta forma um efeito combinado de boas práticas e planos

de intervenção individualizados adequados às potencialidades/necessidades da pessoa com demência e família/cuidador. Aplica-se aos diferentes tipos e fases da demência, dando resposta de forma interdisciplinar, não só às necessidades reabilitativas e de controlo sintomático, mas também à necessidade de internamento para estabilização clínica e/ou alívio do cuidador. Em paralelo, são desenvolvidas diferentes ações no âmbito psicoeducativo para cuidadores.

Neurologia

Orienta-se para o acompanhamento das patologias que afetam por lesão ou mau funcionamento do Sistema Nervoso Central (por ex. Cérebro), o Sistema Nervoso Periférico (Nervos Periféricos) e o Sistema Nervoso Autónomo. O diagnóstico, tratamento e reabilitação dos doentes com patologia neurológica concretiza-se sobretudo em ambulatório, podendo haver necessidade de intervenção em internamento e áreas de dia.

Perturbações do neuro-desenvolvimento

Tem por principal objetivo responder às necessidades de pessoas que apresentam transtornos ao nível do neuro desenvolvimento em múltiplas dimensões, e que requerem vigilância, tratamento e reabilitação psicossocial multidisciplinar. As estruturas assistenciais existentes estão diferenciadas por grau de funcionalidade e complexidade clínica. A intervenção é planeada, realizada e avaliada por uma equipa interdisciplinar com vista a promover competências pessoais, sociais e ocupacionais, prevenir perdas de capacidades e fomentar o bem-estar e a qualidade de vida. Diferentes dispositivos tecnológicos são alguns dos recursos e equipamentos que se integram na intervenção terapêutica.

Psicologia Clínica

Tem como principal objetivo avaliar, diagnosticar e tratar pessoas com sinais ou sintomas compatíveis com doença mental ligeira, ou reativa, ou como complemento ao acompanhamento de pessoas com doença mental em tratamento psiquiátrico que necessitem de apoio psicoemocional.

Reabilitação Psicossocial

É uma área de intervenção integrada e complementar que engloba uma abordagem mais alargada, em que dois conceitos *empowerment* e *recovery* atuam em complementaridade às intervenções clínicas de estabilização. Este processo foca-se num processo reabilitativo e de integração sociocomunitária/familiar, promovendo um acompanhamento terapêutico interdisciplinar, estimulando as competências da pessoa e providenciando os recursos necessários e as oportunidades para que adquiram o máximo de autonomia possível.

Perturbações do Comportamento Alimentar

Constituem uma área de intervenção em Saúde Mental, na qual sobressaem perturbações como a Anorexia Nervosa, a Bulimia Nervosa e a Ingestão Alimentar Compulsiva. Dependendo da gravidade e fase evolutiva da doença foi desenvolvida uma intervenção terapêutica integrada a cargo de uma equipa especializada multidisciplinar constituída por psiquiatras, médico de medicina geral, psicólogos, dietistas e outros, em função dos cuidados, de internamento, consultas e um formato terapêutico com modelo de intervenção inovador em Hospital de Dia.

Comportamentos Aditivos e Dependências

Desenvolvemos programas de tratamento de comportamentos aditivos e dependências químicas e não químicas, com intervenções estruturadas visando melhorar o funcionamento pessoal e social. Este processo terapêutico implica a combinação de diferentes intervenções: psicofarmacológicas, psicológicas / psicoterapêuticas, médicas, intervenções sistémicas e reabilitação social.

Cuidados Paliativos

Destina-se a pessoas com doença avançada, progressiva e incurável (doenças neoplásicas; neurológicas degenerativas; insuficiências orgânicas avançadas ou de outra natureza). Foi desenvolvido um modelo de cuidado e acompanhamento integral, por uma equipa interdisciplinar, oferecendo uma atenção especializada, baseada no alívio e controlo dos sintomas, medidas de conforto, suporte psicológico, emocional e espiritual ao doente e sua família, alívio do seu sofrimento e no apoio ao luto.

Reabilitação Global e Lesão Cerebral

Unidade multidisciplinar especializada na reabilitação motora, neuro esquelética, respiratória, cognitiva, de doentes com dano cerebral de diversas etiologias: doença neurodegenerativa, lesões pós AVC, tumores, politraumatizados por acidentes, pós-covid, etc. Os programas terapêuticos multidisciplinares são diversificados, incluindo terapias em neuropsicologia, terapia da fala, terapia ocupacional e fisioterapia, para além dos tratamentos médicos correspondentes, sempre de acordo com as capacidades clínicas, funcionais e cognitivas dos doentes, procurando tanto quanto possível a recuperação da maior autonomia possível e a aprendizagem de uma "nova forma de viver", na sua dimensão física, psicológica, social e familiar.

Medicina Física e Reabilitação

É uma área em desenvolvimento em várias unidades de saúde do Instituto das Irmãs Hospitaleiras. Tem por objetivo reduzir a incapacidade, temporária ou permanente, e prevenir complicações provocadas por doença aguda ou crónica, nomeadamente perturbações músculo-esqueléticas e neurológicas; traumatismos e amputações; insuficiência cardiorrespiratória; também nesta área é privilegiada uma intervenção integrada e articulada com as demais disciplinas clínicas e técnicas, para uma abordagem integral.

2.5 INTERVENÇÕES ESPECIALIZADAS E INOVAÇÃO

Projetos de Inovação e Impacto

Projeto No Stress

Promoção de estratégias de autorregulação emocional, com impacto na redução do stress, melhoria da autoestima e bem-estar psicológico, orientado para crianças e adolescentes.

Projeto RIPA

Irmãs Hospitaleiras Lisboa

Hospital de Dia especializado no tratamento das Doenças do Comportamento Alimentar (DCA), como a anorexia nervosa, a bulimia e perturbações da ingestão alimentar. Oferece uma resposta integrada e intensiva, de base interdisciplinar, centrada na pessoa assistida e na sua recuperação global. O programa terapêutico inclui apoio médico, psicológico, nutricional e atividades de reabilitação psicossocial, promovendo a autonomia e a reintegração social de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade clínica.

Ginásio Cerebral Sénior Comunitário® Cascais

Irmãs Hospitaleiras Cascais

Espaço de estimulação neurocognitiva para seniores da comunidade, com programas personalizados para prevenção do declínio cognitivo.

Atelier “Açúcar e Canela”

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Espaço de capacitação e empoderamento para pessoas com deficiência intelectual e/ou doença mental, através da prática da pastelaria saudável, biológica e sustentável. Foca-se na recuperação de competências, autoestima e inclusão social.

Exercogs®

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Programa de estimulação cognitiva e física para seniores, promovendo a funcionalidade e autonomia através de exercícios inovadores e adaptados.

Pólo de Demências – Hospital de Dia Especializado | AgeLab® Sintra

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Integra o projeto Laboratório da Longevidade. Oferece respostas especializadas em demência, incluindo intervenção direta, apoio familiar e investigação clínica aplicada.

Projeto Percursos

Irmãs Hospitaleiras Braga

Programa de formação e integração profissional, com apoio ao desenvolvimento de projetos de vida personalizados para pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial, com enfoque na inclusão e autonomia.

Projeto Consentido

Irmãs Hospitaleiras Braga

Apoio domiciliário de acompanhamento a pessoas com experiência de doença mental, reforçando a sua autonomia e minimizando o recurso ao internamento.

Projeto Sempre em Mente

Irmãs Hospitaleiras Braga

Programa de intervenção domiciliária de estimulação de capacidades que promova a autonomia, funcionalidade e qualidade de vida de pessoas com demência e apoio a seus cuidadores.

INTEGR_ARTE (BIP/ZIP)

Irmãs Hospitaleiras Lisboa

Projeto que usa a arte como meio de inclusão e expressão de pessoas com sofrimento psíquico, em parceria com a Boutique da Cultura.

PROJETAR-TE

Irmãs Hospitaleiras Lisboa

Projeto artístico e terapêutico, centrado na criação coletiva como forma de fortalecimento identitário e inclusão social.

2.6 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

O ano de 2024 decorreu num ambiente externo desfavorável de guerra e incerteza, com reflexos evidentes no aumento dos preços de bens essenciais desde os alimentares aos da energia e dos combustíveis. De facto, seja a situação de guerra na Ucrânia, a situação criada pela guerra na faixa de Gaza ou a instabilidade gerada pelos diversos atos eleitorais (em países europeus e nos Estados Unidos da América), criaram um ambiente de incerteza global que importa referenciar.

Ainda em termos da envolvente externa ao Instituto, a constante e generalizada instabilidade política (quer no Continente quer nas Regiões Autónomas) teve um impacto significativo nas expetativas para a gestão das unidades de saúde do IIHSCJ. Esta situação deveu-se, no Continente, porque o maior parceiro operacional, o SNS, não conseguiu ultimar o novo acordo de cooperação que deveria regular as relações do Estado com o Instituto. De igual forma, na Região Autónoma da Madeira, o valor das diárias de internamento a praticar para o ano de 2024 e anos seguintes, só no final de 2024 teve despacho, continuando longe dos custos reais. Nos Açores, à mesma data, ainda não há conhecimento dos valores que serão praticados no ano de 2025. Acresce que, nesta última Região Autónoma, o montante da dívida vencida e vincenda atingiu valores avultados que se traduziram em quase uma anuidade de mensalidades em dívida.

O ano 2024 foi um ano com um marco significativo com a ocorrência dos Capítulos Geral e Provincial da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus. Estes momentos de discernimento e decisões estratégicas permitiram desenhar as grandes linhas orientadoras para os próximos seis anos, quer ao nível da Congregação, quer ao nível da Província, que terão implicações na orientação do Instituto para os próximos seis anos.

A situação económica do País tem evoluído positivamente no que respeita aos principais indicadores macroeconómicos, mas, do ponto de vista que importa às instituições do setor social, o panorama apresenta um conjunto de problemas que necessitam de uma diferente abordagem daquela que vem sendo prosseguida pelas instâncias públicas.

A maior componente de custos das IPSS e outras instituições do setor social é relativa aos ativos humanos. Neste sentido, à melhoria das condições de vida dos trabalhadores deve corresponder um

aumento do financiamento público às instituições, de forma que possam continuar a realizar os fins complementares para que foram instituídas.

Além do financiamento às Instituições não acompanhar na mesma proporção os aumentos salariais, os aumentos no setor público têm provocado uma pressão adicional sobre a mobilidade dos colaboradores das instituições sociais, colocando assim em causa a qualidade e o volume de atividade que poderia e deveria ser por elas realizado.

Sendo o Estado o maior financiador das IPSS, a celebração de acordos de cooperação entre as diferentes entidades públicas e o IIHSCJ assume particular relevância.

2.6.1 O SETOR DA SAÚDE

Os portugueses continuam a valorizar a saúde como um bem inalienável. A componente pública do sistema de saúde viu fortemente reduzida a sua capacidade operacional, com o encerramento de extensões de saúde, com limitações à contratação de pessoal e com a redução da oferta em saúde. Tudo isto se traduz numa maior dificuldade de acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, o que se torna o problema mais importante do SNS e que se irá agravar no futuro. É revelador que, num país em que existe uma garantia constitucional de cuidados de saúde tendencialmente gratuitos, existam 2,3 milhões de portugueses disponíveis para pagar seguros privados de saúde.

O setor da saúde em Portugal atravessa assim um momento de extrema complexidade fruto, sobretudo, da sua dependência do Estado e do setor público em geral. Apesar do significativo crescimento do setor segurador privado, a estrutura principal da saúde em Portugal assenta num Serviço Nacional de Saúde de acesso generalizado a toda a população e tendencialmente gratuito.

O orçamento da saúde continuou a aumentar, mas a ineficiência dos operadores públicos continuou a consumi-lo, sem reflexo no aumento da prestação de cuidados de saúde das instituições públicas do SNS. Por seu turno, o setor privado teve um crescimento sustentado.

O setor social continua a ter as dificuldades estruturais decorrentes das atualizações dos valores das prestações de serviço, pois continuam a ser inferiores ao necessário.

A prevalência e incidência de fatores de risco e das morbilidades crónicas em Portugal, seja nos segmentos etários mais idosos, seja na população mais jovem, continuam a determinar a necessidade de políticas públicas no domínio da saúde mental e a existência de respostas concretas para os problemas detetados.

Para a população mais idosa sentiu-se a necessidade de um reforço das políticas de envelhecimento ativo e de apoio e proteção a situações de pessoas com demência.

Continuou a verificar-se um deficit de respostas para o segmento etário da infância e juventude.

É geralmente reconhecido que os sistemas de saúde deverão adaptar as suas respostas a novos desafios colocados por situações de *burnout*, acréscimo de dependência à utilização de meios digitais,

perturbações alimentares, etc. Neste domínio, o projeto RIPA foi consequente com estas preocupações.

Cidadãos mais informados, com maior grau de exigência e com maior literacia, vão questionar a qualidade dos serviços prestados e obrigar a uma atenção particular sobre o modo como eles são prestados e da sua conformidade com as *guidelines* que os suportam. Foi assim necessário prosseguir os esforços de aumentar a notoriedade do IIHSCJ como ator determinante na saúde mental em Portugal.

A saúde mental tem vindo a assumir uma importância crescente no panorama da saúde global, mas até por razões de priorização das políticas, não tem tido o reconhecimento merecido. Em termos de respostas em saúde mental, o papel dos Institutos Hospitaleiros e dentre eles, por razões a que a dimensão não é alheia, as Irmãs Hospitaleiras têm tido um papel determinante no apoio às necessidades crescentes da população portuguesa.

O IIHSCJ contribui com mais de 3 000 camas de internamento para além de um conjunto de respostas técnicas altamente especializadas, uma intervenção comunitária bem espelhada nas 12 unidades de saúde hospitaleiras dispersas pelo espaço nacional e de uma atividade de ambulatório crescente.

Podemos assim afirmar que o IIHSCJ é um interveniente determinante na definição e aplicação de qualquer política de saúde mental que se venha a implementar em Portugal.

2.6.2 A SAÚDE MENTAL

Nos últimos anos, a saúde, e em particular a saúde mental, tem vindo a ganhar relevância e a tornar-se uma prioridade no foco político, nacional e europeu. O cenário de guerra na Europa, a crise de refugiados e toda a instabilidade económica, social e política que vivemos têm impactos na saúde mental.

Esta consciência reflete-se numa expectativa de maior compromisso e de maior participação financeira numa área onde tem havido pouco investimento nas últimas décadas.

No dia 20 de agosto de 2023 entrou em vigor a nova Lei da Saúde Mental (Lei 35/2023, de 21 de julho). A Lei da Saúde Mental dispõe sobre a definição, os fundamentos e os objetivos da política de saúde mental; consagra os direitos e deveres das pessoas com necessidade de cuidados de saúde mental; regula as restrições dos seus direitos e estabelece as garantias de proteção da liberdade e da autonomia destas pessoas. O diploma reflete o quadro valorativo à luz do qual devem ser entendidas todas as abordagens terapêuticas neste domínio, baseadas na dignidade da pessoa humana.

Acreditamos que o Plano de Recuperação e Resiliência pode ser uma oportunidade muito importante para a melhoria das respostas de saúde mental no nosso país.

A saúde mental continua a não ver reconhecida a sua importância em termos de afetação de verbas. Apenas 2% do orçamento total da saúde vai para a saúde mental.

A saúde, e nomeadamente a saúde mental, nas sociedades ocidentais e também em Portugal, continuará a ter um desenvolvimento muito expressivo, parte do qual será satisfeito pelo setor privado.

Os *drivers* fundamentais para este crescimento estão relacionados com o envelhecimento da população e também com a crescente consciencialização de que a saúde mental é uma componente fundamental da saúde dos cidadãos.

Os novos modos sociais de viver (infodependência, stress) terão um papel fundamental na crescente procura de cuidados e, em especial, no setor privado dada a deficiente acessibilidade ao setor público.

Em Portugal a oferta de serviços integradores de inovação em saúde é ainda incipiente, configurando uma oportunidade significativa a explorar, nomeadamente com a estruturação em ambulatório de sistemas preventivos que tenham a garantia de posterior continuidade de cuidados.

2.6.3 O INSTITUTO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS

O Instituto assumiu, até face ao anteriormente descrito, que deveria orientar-se para uma estratégia assente em quatro pilares fundamentais:

1. Continuar um caminho de diversificação assistencial que permita uma resposta mais eficiente às necessidades sentidas pela população residente em Portugal e nomeadamente nas áreas de influência geográfica onde o Instituto está presente;
2. Prosseguir um processo de diversificação de clientes desenvolvendo iniciativas de abertura a colaboração com entidades de natureza privada, sejam seguradoras, sejam entidades autárquicas;
3. Prosseguir um processo de sedimentação e aperfeiçoamento da sua política de recursos humanos;
4. Assegurar a sustentabilidade integral, com relevo especial na área de identidade e económica e financeira do IIHSCJ, e uma consequente atualização de estruturas assistenciais.

De acordo com a análise estratégica desenvolvida, o IIHSCJ considera que há cinco grandes segmentos de mercado em Portugal no setor da Saúde Mental que configuram oportunidades de definição estratégica na Reabilitação Funcional:

1. **Segmento População Idosa** - O envelhecimento da população levará os prestadores de serviços a disponibilizar necessariamente um conjunto de respostas diferenciadas na prevenção, monitorização, tratamento de situações do foro psiquiátrico, demencial e de apoio/promoção de um envelhecimento ativo e saudável.
2. **Segmento Infância e Juventude** - A crescente prevalência de situações de doença mental entre a população mais jovem exige respostas diferenciadas.

3. **Segmento de Apoio de Base Comunitária** - As medidas tendentes à progressiva desinstitucionalização das pessoas com doença mental que vêm sendo adotadas por toda a Europa, devem vir sendo substituídas por respostas de proximidade, tendo em atenção a equidade de acesso à prestação dos serviços e a adequação dos mesmos às necessidades locais. A criação de respostas de base comunitária pode ser uma resposta que compreenda várias componentes do processo assistencial: o aumento da literacia, a prevenção e a continuidade de cuidados na proximidade.
4. **Segmento de Apoio de Base Residencial** - A prestação de serviços no domicílio das pessoas que se encontram doentes, seja em situações pós-agudas, ou em processos de recuperação funcional ou mesmo de cuidados mais diferenciados, tem vindo a aumentar. Os hospitais gerais têm vindo a apostar em processos de hospitalização no domicílio e o lugar dos cuidadores informais tem sido reconhecido e aumentado em número significativo. A necessidade de acompanhar o aumento da procura e a necessidade de formação dos agentes é indispensável.
5. **Segmento de Base, Reabilitação Funcional e Cuidados Paliativos** – Refere-se concretamente aos processos de reabilitação pós cirúrgicos, pós AVC ou pós sinistros, situações em que os hospitais de agudos não têm estruturas de respostas para estadias prolongadas. As situações terminais também carecem de uma atenção crescente.

2.6.4 AS IRMÃS HOSPITALEIRAS – COMPROMISSO COM A SAÚDE MENTAL

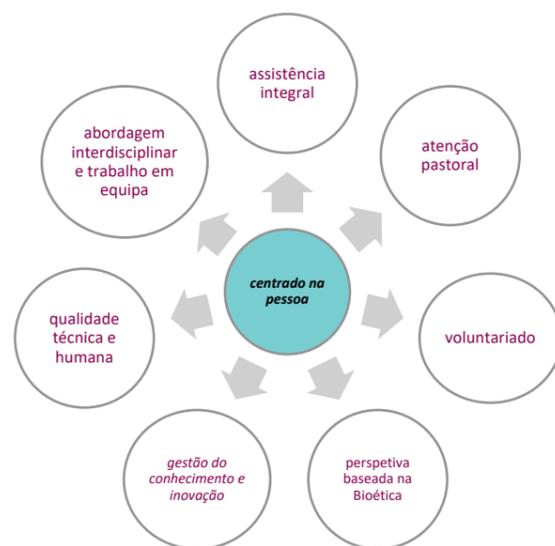
Em complemento desta abordagem estratégica é importante ter em consideração a natureza especial do IIHSCJ:

- O Instituto tem a particularidade de ter sido fundado pela Província Portuguesa da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus. Neste sentido, para além da natureza empresarial, a Missão que o IIHSCJ intenta prosseguir tem características identitárias próprias a que o Plano Estratégico deve condicionar-se.
- A Identidade Hospitaleira é um dos valores inalienáveis do IIHSCJ. Esta Identidade deve ser vivida por todos os trabalhadores do Instituto, distintiva no Modelo Assistencial e reconhecida na atuação e cuidado no serviço aos doentes e nas intervenções comunitárias.
- Cuidar das pessoas assistidas é outro dos pilares condicionantes do Plano Estratégico. O IIHSCJ quer pugnar pela defesa da vida, dos direitos das pessoas com doença mental e promover a sua participação ativa e o seu *empowerment*.
- O IIHSCJ defende um modelo em que a Pastoral da Saúde faça parte integrante do processo terapêutico e dos Planos Individuais de Cuidados de cada utente.
- O IIHSCJ deseja integrar grupos de leigos e de voluntários que queiram partilhar os seus valores institucionais, divulgar o seu modo de cuidar e corresponsabilizar-se com a Missão e a gestão.

Estas características próprias dão ao Instituto uma dimensão ética, ecuménica e fundacional que se sobrepõe aos critérios mais tradicionais de avaliação e programação empresariais.

O nosso Modelo Assistencial e Psicopedagógico baseia-se na centralidade da pessoa, valorizada na sua integridade, no respeito e defesa da sua dignidade, numa abordagem integral, personalizada e interdisciplinar, que tem por objetivo a sua reinserção na sociedade.

- ▶ O modelo assistencial, integral e diferenciador das Irmãs Hospitaleiras, o seu posicionamento como instituição de referência e qualidade no âmbito da saúde mental, configura uma conceção única de cuidar.



Complementar ciência e humanidade, integrar os avanços científicos na intervenção terapêutica e nas abordagens clínicas e técnicas, são exigências inerentes ao cuidar hospitaleiro. E fazemo-lo segundo os princípios cristãos que nos orientam, partindo do respeito absoluto pela dignidade da pessoa. Consideramos a atenção integral um pilar fundamental do processo terapêutico, o qual inclui o direito aos cuidados espirituais e religiosos.

Conscientes da importância da pastoral na assistência prestada à pessoa que cuidamos e como expressão do compromisso em reforçar a dimensão evangelizadora que caracteriza o serviço que prestamos, foi acolhido o desafio de atualizar o modelo pastoral, resultando no lançamento do documento *A Pastoral na Missão Hospitaliera*, quer na sua forma integral, como no seu documento breve. Com ele pretendemos oferecer uma assistência integral e diversificada, seja para os que se identificam com a fé cristã ou crentes de outras religiões.

Em 2024 continuámos o nosso processo de consolidação e fortalecimento de áreas de intervenção com maior diferenciação sobretudo na saúde mental e psiquiatria, demências e reabilitação.

De acordo com os objetivos de missão que nos orientam, a nossa presença na saúde, caracteriza-se por:

- Intervenção em saúde assente na forte identidade e valores humanos-cristãos;

- Atenção personalizada e humanizadora no acompanhamento às situações de sofrimento psíquico;
- Modelo assistencial, integrado e diferenciador, assente em boas práticas e numa cultura de melhoria contínua;
- Modelo hospitaleiro integral que complementa a ciência e a humanidade, em quatro áreas fundamentais: assistencial, organizacional e de gestão, relação com os colaboradores e diálogo com a sociedade;
- Especialização de equipas interdisciplinares, experientes e motivadas;
- Perspetiva de inovação integrando os avanços da ciência ao serviço do cuidado e recuperação da pessoa;
- Princípios e modelo de gestão orientados para a sustentabilidade;
- Certificação de qualidade;
- Credibilidade e reconhecimento como entidade de referência na área da saúde mental, conjuntamente com o Instituto S. João de Deus;
- Rede de serviços e ampla distribuição geográfica;
- Relações de longo prazo com as entidades financiadoras e parceiras.

2.7 BOM GOVERNO, GESTÃO E MODELO ORGANIZACIONAL

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus tem como princípio fundamental o bom governo e a boa gestão. Este é o nosso modo de proceder e trabalhar com base em elevados padrões de profissionalismo e transparência, tendo como referência os valores hospitaleiros. Tudo isto tem um impacto na eficiência da organização e gera confiança, dentro da comunidade hospitaliera e fora dela, nas partes interessadas, promovendo a responsabilidade social e ambiental e alcançando uma Obra sustentável.

Toda a documentação institucional e em todo o seu direito próprio, visa deixar claras as regras de funcionamento e os princípios orientadores de toda a atuação, nomeadamente na Carta de Identidade, Regulamento Geral, Código de Ética e Conduta, Estatuto Geral de Administração, Orientações sobre Bom Governo e todo o património de documentos no âmbito de Gestão e Administração.

As Irmãs Hospitaleiras têm regras de bom governo vertidas em documento interno. Sendo um tema fundamental e que na atualidade tem adquirido grande importância nas organizações, ele sempre pautou a exigência da atividade da Instituição e que agora se materializou. Em 2024 foi editado o documento *Orientações sobre Bom Governo na Obra Hospitaliera*. A missão hospitaliera, orientada para a pessoa, na sua integralidade, exige que cumpramos as regras fundamentais do compromisso, a transparência e a rastreabilidade, elementos integrantes do bom governo. Destacamos os seguintes princípios:

1. *Serviço.* Somos uma organização em que a missão de serviço constitui o sentido genuíno da origem da nossa Obra. Toda a ação da organização consiste em beneficiar os doentes e as pessoas carenciadas. No nosso projeto, todos e tudo está ao seu serviço².

2. *Pessoa/comunidade.* A pessoa, na sua dignidade intrínseca, ocupa o centro da nossa organização. Somos pessoas que trabalham com pessoas e para pessoas, formando uma comunidade. A relação interpessoal transcende a relação impessoal de mercado³. Numa Instituição da Igreja como a nossa, a sinodalidade é uma característica configuradora.

3. *Ética em toda a atuação.* A organização garante a ética como dimensão de toda a atuação, tanto nos fins como nos meios, em todos os âmbitos e decisões⁴.

4. *Transparência.* Trata-se de clareza em toda a atuação hospitaleira, como elemento insubstituível de tudo o que se faz e do modo como se faz.

5. *Coerência com a identidade.* Esta é uma marca característica da Obra hospitaleira, que atesta a continuidade entre o que se proclama e o que se faz⁵.

6. *Sustentabilidade.* Todos os bens da Instituição estão ao serviço da missão hospitaleira, sem fins lucrativos e procurando alcançar o autofinanciamento como garantia de continuidade⁶.

O Instituto IHSCJ tem definida uma estrutura de gestão e organização a nível global e local, que lhe permite responder às exigências e desenvolvimento dos objetivos e fins da missão das Irmãs Hospitalieras.

Como instituição que assume o seu dever e privilegia o cumprimento normativo e em linha com as exigências legais, fez a sua reflexão e emanou o documento de *Orientações sobre conformidade normativa penal nas Irmãs Hospitalieras* bem como o *Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas*.

A centralidade da pessoa doente na missão hospitaleira marca fortemente a cultura institucional e pauta-se pelo respeito e pelo sigilo profissional. Com a facilidade dos meios de arquivo de dados e de divulgação de informação veio acrescida a reflexão sobre os direitos de reserva de informação aos mais variados níveis e âmbitos da atuação dos diversos intervenientes em toda a estrutura hospitaleira. Com o objetivo de afirmar o alinhamento do Instituto com esta política e como forma de espelhar a reflexão sobre as particularidades aplicáveis no nosso contexto institucional foi lançado o documento *Orientações sobre Proteção de Dados nas Irmãs Hospitalieras*.

Estrutura-se em 6 áreas de gestão: identidade, organização, assistencial, recursos humanos, económico-financeira e comunicação, tendo no centro as pessoas que assistimos e o modelo hospitaleiro.

² Irmãs Hospitalieras, *Carta de Identidade*, n. 33.

³ *CII*, n. 9, 10, 12 e 18.

⁴ *CII*, n. 38. A ética está diretamente ligada à justiça, à equidade e à misericórdia.

⁵ *CII*, n. 50, *EGA*.

⁶ *CII*, n. 50.



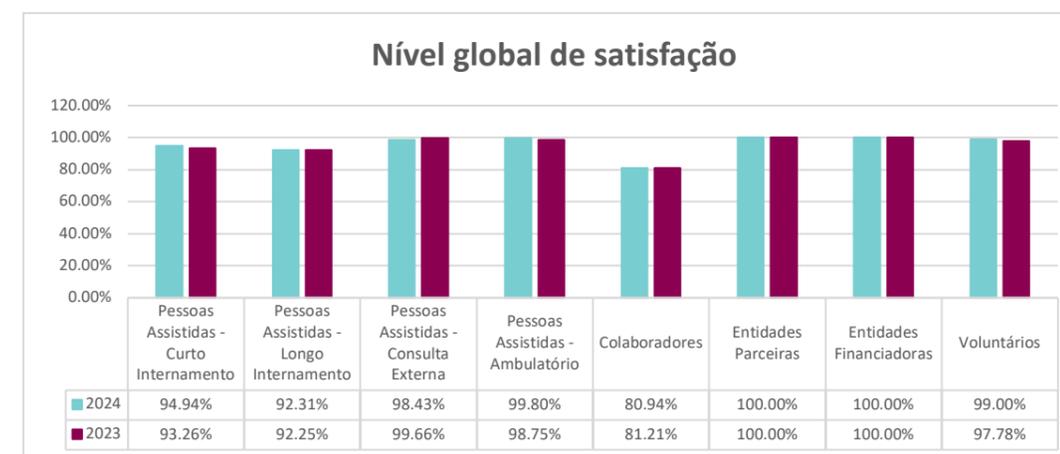
2.7.1 QUALIDADE E CERTIFICAÇÃO

A certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo o modelo EQUASS, é um fator de diferenciação da prestação de cuidados, segundo o modelo hospitaleiro, desenvolvendo uma cultura de qualidade com vista à melhoria contínua e à satisfação das necessidades e expectativas das pessoas assistidas e seus familiares.

O ano de 2024 foi caracterizado pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido nas unidades de saúde do IHSCJ, com a renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade em 8 das 12 das unidades de saúde. As restantes unidades irão obter esta renovação em 2025.

A avaliação da satisfação das partes interessadas continua a ser um instrumento que permite medir anualmente o desempenho do sistema de gestão implementado, pois permite monitorizar a perceção dos serviços prestados e melhorar continuamente os mesmos de acordo com as sugestões que são apresentadas.

Os níveis globais de satisfação estão expressos no quadro abaixo, sendo visível que, no âmbito da avaliação, quer de Pessoas assistidas, entidades financiadoras e parceiras, voluntários e colaboradores, os níveis de satisfação apresentam valores muito positivos.





**Compromissos com
os colaboradores**



3.1 COMPROMISSO COM A IGUALDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

No contexto institucional, a promoção da igualdade de oportunidades, aliada à valorização dos colaboradores, constituem um pilar fundamental para o fortalecimento de uma organização sólida e resiliente.

Valorizamos o bem-estar, o desenvolvimento contínuo e o reconhecimento dos nossos colaboradores como base essencial para garantir a sua motivação e sentido de pertença, a retenção de talentos e a criação de um ambiente propício à inovação. Acreditamos que o investimento genuíno nas pessoas não só contribui para o sucesso imediato, mas também estabelece uma base sólida para um futuro sustentável.

A igualdade de oportunidades, para além de ser uma obrigação ética, é uma estratégia sólida que fortalece o Instituto, promove o crescimento profissional de todos os colaboradores e impulsiona a inovação. Nesse sentido, o Instituto tem vindo a implementar políticas e práticas que asseguram o acesso equitativo ao desenvolvimento profissional, à progressão na carreira e à participação ativa na vida institucional.

A diversidade nas equipas, enriquecidas pela multiplicidade de experiências, culturas e perspetivas, é vista como uma mais-valia para o Instituto. No entanto, reconhecemos que gerir equipas compostas por pessoas de diferentes contextos socioculturais representa um desafio. Este exige sensibilidade, capacidade de adaptação e uma liderança assente em princípios de empatia, comunicação e equidade.

3.2 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO CONTÍNUA

A valorização das equipas através da formação e desenvolvimento contínuo constitui um pilar fundamental para a melhoria sustentada do desempenho institucional. O processo integrado de formação e qualificação revela-se indispensável para garantir a excelência na prestação de cuidados, exigindo profissionais tecnicamente competentes e comprometidos com a atualização permanente dos seus conhecimentos e práticas.

A estratégia formativa do Instituto assenta num modelo participativo e interdisciplinar de aprendizagem, sustentado numa abordagem metodológica de ação-reflexão e investigação-ação. Privilegia-se a formação em contexto real de trabalho, enquanto espaço dinâmico de aprendizagem, onde se identificam desafios concretos, se aprofundam conhecimentos, no sentido de desenvolver competências individuais e coletivas, construindo soluções e avaliando os resultados obtidos.

Em 2024 o Instituto promoveu ações de formação em diversas áreas, com foco na melhoria da gestão de processos, no desenvolvimento de competências de liderança e identidade. Estas iniciativas foram implementadas para fortalecer as competências dos colaboradores e dotá-los com ferramentas necessárias para enfrentar os desafios diários e melhorar a qualidade do serviço prestado.

O IHSJ é certificado pela DGERT – Direção Geral de Emprego e Relações de Trabalho, nas seguintes áreas de formação: 090, 149, 345, 347, 481, 621, 622, 723, 726, 811, 862. Toda a atividade formativa desenvolvida encontra-se em consonância com este referencial.

3.3 POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA NO CONTEXTO LABORAL

A promoção das condições de trabalho seguras e saudáveis constitui uma prioridade estratégica para o Instituto, alinhada com o nosso compromisso com o bem-estar físico, mental e emocional dos colaboradores.

Em 2024 foram implementadas diversas medidas preventivas e corretivas no âmbito da segurança e saúde no trabalho, com o objetivo de reduzir riscos, prevenir acidentes de trabalho e garantir ambientes laborais que respeitem as normas legais e os princípios de dignidade e proteção dos colaboradores.

A análise dos relatórios de avaliação dos riscos psicossociais (COPSOQ II) constitui uma ferramenta estratégica para a gestão de Recursos Humanos e da Saúde Ocupacional. Estes relatórios permitem identificar fatores organizacionais, relacionais e individuais que podem influenciar o bem-estar psicológico dos colaboradores e a dinâmica das equipas.

Acreditamos que investir na saúde e segurança dos nossos colaboradores é essencial para garantir um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, reduzindo o absentismo e contribuindo para a excelência na prestação de cuidados de saúde.

Os acidentes de trabalho são analisados, permitindo a implementação de medidas preventivas para reduzir riscos futuros.

3.4 CULTURA DE ENVOLVIMENTO E ESCUTA ATIVA

A promoção de espaços de diálogo e participação ativa dos colaboradores é fundamental para consolidar uma cultura organizacional saudável, dinâmica e inclusiva.

No Instituto valorizamos a escuta ativa, o envolvimento direto e a valorização de ideias e contributos dos colaboradores. São elementos-chave para fomentar um ambiente de trabalho colaborativo e motivador.

Os momentos ou espaços de participação, formais ou informais, permitem que os colaboradores se sintam verdadeiramente envolvidos nos processos de decisão, reforçando o sentimento de pertença, confiança e valorização pessoal.

As reuniões regulares de equipa promovem um maior sentido de corresponsabilidade e compromisso com os objetivos institucionais.



**Proteger e cuidar
do planeta**



4.1 COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

O IIHSCJ está a desenvolver a sua política de sustentabilidade, alinhada com a Linha Nuclear do Documento do XXII Capítulo Provincial *"Potenciar a cultura da defesa da vida e da dignidade humana nos nossos projetos"*. Este documento orienta as estratégias do Instituto dos próximos 6 anos e especificamente as ações específicas de promoção da ecologia integral num Mundo ferido que clama por cuidados. Pretende-se desenvolver a ecologia hospitaleira, pautada pelo compromisso do cuidado da *"casa comum"*, quanto às relações interpessoais, ambientais e dos recursos.

Cuidar do Planeta é, desde sempre, um princípio fundamental para o Instituto das Irmãs Hospitaleiras e para os seus colaboradores, tendo em conta as alterações climáticas cada vez mais evidentes em todo o mundo.

Iniciámos, no último semestre do ano 2024, um projeto com vista a minimizar os impactos que uma unidade hospitalar pode criar no planeta. Iniciámos processos de auditorias energéticas e respetivos planos de ação, com vista à implementação de painéis fotovoltaicos nas 12 unidades hospitalares, com um investimento total de cerca de 1,2 milhões de euros.

Queremos ir mais além e desenvolver uma política alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável, através de ações ambientais, como a redução de consumo de papel, de energia, o tratamento de resíduos e, fundamentalmente, as ações sociais, no apoio a quem mais precisa.

Temos sempre em mente os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 das Nações Unidas, aos quais nos queremos aliar, destacando:

- Paz, justiça e instituições eficazes;
- Saúde de qualidade;
- Reduzir as desigualdades;
- Energias renováveis e acessíveis;
- Trabalho digno e crescimento económico;
- Proteger a vida terrestre.

Para a realização dos nossos compromissos juntaram-se a nós parceiros que nos podem ajudar neste caminho. Serão necessários muitos mais nos próximos anos, sempre com o equilíbrio necessário na perspetiva da sustentabilidade financeira, sem a qual não é possível desenvolver os objetivos estratégicos.





**2024 em revista e
compromissos futuros**

5.1 DESTAQUES 2024

Prémios e distinções

Grande Vencedor Prémio MSD / Maria José Nogueira Pinto

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Projeto: Atelier “Açúcar e Canela” (ver ponto 2.5 Projetos de Inovação e Impacto)

Selo Protetor 2024-2026 – CNPDPCJ

Irmãs Hospitaleiras Sagrada Família | Funchal

Reconhecimento das práticas proativas de proteção e promoção dos Direitos da Criança, atribuído às instituições que se distinguem na área da infância e juventude.

Prémio Fidelidade Comunidade

Irmãs Hospitaleiras Idanha | Sintra

Projeto: Laboratório da Longevidade - AgeLab Sintra

Espaço de experimentação, investigação e intervenção em envelhecimento e demências. Promove práticas preventivas, reabilitadoras e de apoio aos cuidadores, valorizando o envelhecimento ativo.

Prémio Investigação ASPESM 2024

Irmãs Hospitaleiras | Lisboa

Estudo sobre a caracterização da população internada em psiquiatria e a capacitação emergente dos enfermeiros para dar resposta às suas necessidades específicas.

Vencedor das Bolsas de Cidadania ROCHE

Irmãs Hospitaleiras | Lisboa

Projeto Animalis

Iniciativa que promove a intervenção assistida por animais como ferramenta terapêutica complementar no apoio a pessoas em sofrimento mental.

Factos Relevantes

Audiência com o Papa Francisco

O Papa Francisco recebeu em audiência a nova Superiora Geral, o novo Conselho Geral e as Irmãs Capitulares da nossa Congregação, num encontro marcado pela reflexão sobre o valor da hospitalidade à luz da realidade das pessoas com doença mental ou deficiência.

“Queridas irmãs, tudo isto é um sinal, é um convite, no discernimento dos vossos capítulos, a não ter medo, a deixar-se conduzir pela mesma audácia dos vossos fundadores e fundadoras, a ousar, a arriscar – ousar, arriscar! – por causa dos irmãos e irmãs que Deus coloca no seu caminho.”

Eventos

Conferência: “Inteligência Artificial – Desafios Éticos na Educação e Saúde Mental”

Irmãs Hospitaleiras Sagrada Família | Funchal

Momento de reflexão interdisciplinar sobre o uso responsável da IA em contextos de saúde mental e formação.

Webinar “Massagem para Autismo”

Irmãs Hospitaleiras | Assumar

Sessão formativa sobre o impacto da medicina tradicional chinesa em crianças com perturbações do espectro do autismo, numa abordagem centrada no corpo, sono e emoções.

II Colóquio “Saúde Mental em Rede: Preventiva@MENTE”

Irmãs Hospitaleiras | Condeixa

Encontro técnico e científico para reflexão sobre práticas preventivas e integradas em saúde mental, com envolvimento de várias entidades da comunidade.

Livros: “Basta um pássaro a voar” e “Amor Conventual”

Irmãs Hospitaleiras | Guarda

Obras escritas por utentes, resultado de oficinas de escrita terapêutica, que refletem vivências pessoais e trajetos de superação.

II Seminário “Saúde Mental e Psiquiatria – Intervenções Diferenciadas”

Irmãs Hospitaleiras | Guarda

Espaço de debate sobre abordagens inovadoras no acompanhamento de pessoas com doença mental, com enfoque clínico e social.

2º Encontro de Psicologia com o tema “Psicoterapia e os seus vários tons...”

Irmãs Hospitaleiras | Idanha

7º Encontro de Saúde Mental na Infância e Adolescência

Irmãs Hospitaleiras | Idanha

Autodeterminação na saúde mental e bem-estar dos jovens: a experiência do Programa Cuida-te +

II Jornada de Inclusão pela Arte

Irmãs Hospitaleiras | Lisboa

Evento cultural e social que promove a participação de utentes, famílias e comunidade através da arte como instrumento de cidadania.

metAMORfose – I encontro: Escutar os Cuidados Paliativos

Irmãs Hospitaleiras | Braga

Reflexão e debate sobre a multidimensionalidade do ser humano e estimular o debate sobre a educação para a morte e a humanização do processo de morrer.

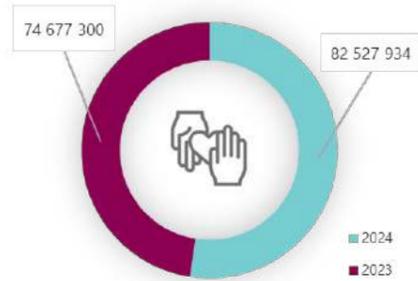
V Simpósio: “O Suicídio: Questões Éticas e Natureza da Responsabilidade”

Irmãs Hospitaleiras | Lisboa

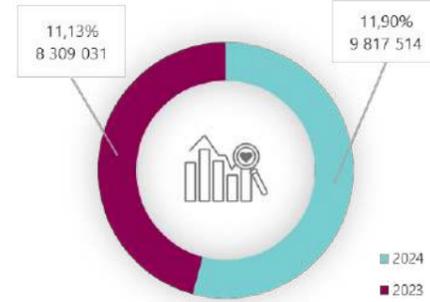
Reflexão sobre o fenómeno do suicídio, cruzando perspetivas clínicas, éticas, jurídicas e pastorais.

5.2 DADOS CHAVE DO IIHSCJ

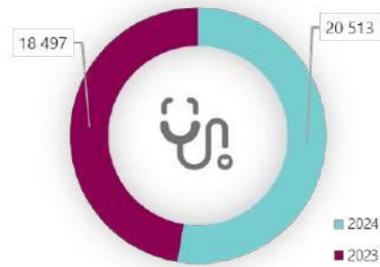
Prestações de serviços



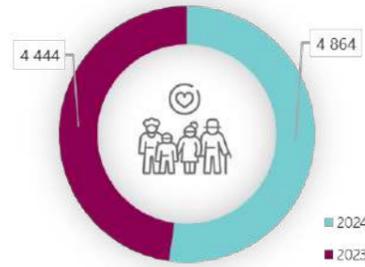
EBITDA e margem EBITDA



Nº de consultas



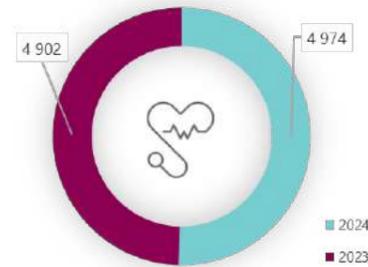
Nº de pessoas assistidas em ambulatório



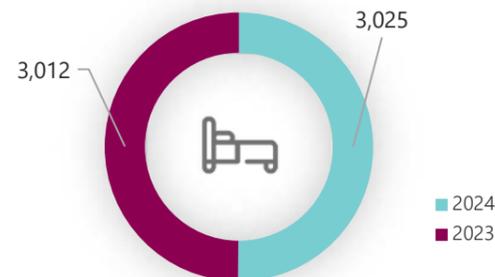
Nº de dias de internamento



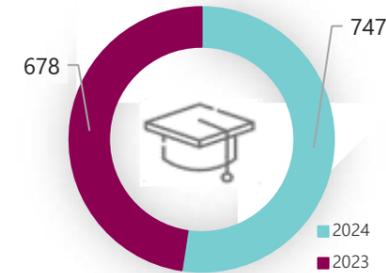
Nº de pessoas assistidas em internamento



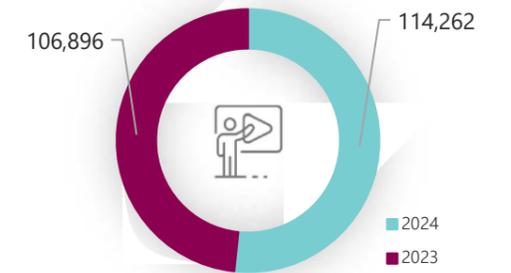
Nº de camas de internamento



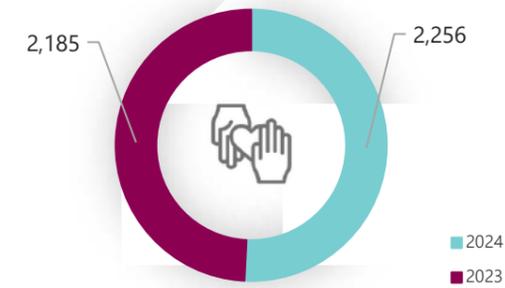
Nº de estagiários



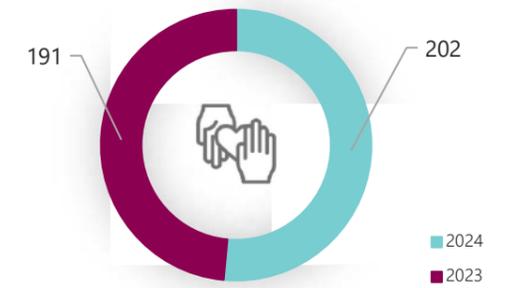
Nº total de horas de estágio



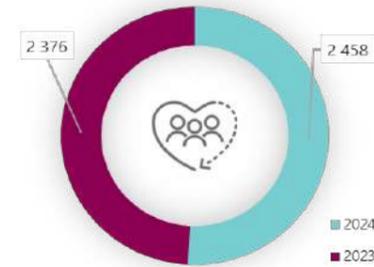
Nº de colaboradores contratados (ETI's)



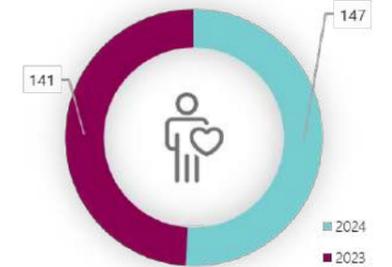
Nº de colaboradores subcontratados (ETI's)



Nº de colaboradores (ETI's)



Nº de voluntários





**Relatório
de Gestão**



6.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 2024

Em 2024 a economia portuguesa demonstrou resiliência num contexto global desafiante, registando um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,9%, ligeiramente acima das previsões iniciais. Este desempenho foi impulsionado por uma aceleração do consumo privado, essencialmente no quarto trimestre do ano, beneficiando do aumento dos salários reais e da redução da inflação.

A inflação decresceu para 2,6% no ano 2024, refletindo uma estabilização dos preços após os aumentos muito significativos dos últimos anos. A volatilidade da inflação nos últimos anos foi inesperada e arrastou efeitos muito significativos nos custos globais, nomeadamente no que se refere aos custos dos serviços.

O mercado de trabalho manteve-se robusto, com uma taxa de desemprego a estabilizar em 6,4%. O crescimento do emprego foi sustentado por fluxos migratórios positivos, embora alguns setores, tal como a saúde, estejam a enfrentar desafios relacionados com a escassez de pessoas e competências.

A implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) continuou a desempenhar um papel crucial na dinamização do investimento público e privado. Estima-se que mais de um terço dos fundos do PRR sejam desembolsados em 2025, impulsionando setores estratégicos como infraestruturas, digitalização e transição energética.

6.2 DESEMPENHO CONSOLIDADO DO IIHSCJ

6.2.1 DESEMPENHO ASSISTENCIAL

O ano de 2024 reflete a continuidade do crescimento da atividade do IIHSCJ, não só pela via do aumento no número de dias de internamento, mas também do número de pessoas assistidas, reflexo de uma consolidação das áreas de curto internamento em psiquiatria, com parcerias nas áreas dos seguros de saúde e com outras entidades públicas e privadas.

A diversificação da atividade do Instituto também se reflete no aumento da atividade no ano 2024, nomeadamente no ambulatório, que inclui a área de psiquiatria de intervenção, no apoio domiciliário na psiquiatria e demências, nas respostas integradas na comunidade e em hospitais de dia (áreas de dia).

Ao contrário das expectativas no ano 2023, a revisão do Acordo de 1983, após mais de 2 anos de negociações e trabalho conjunto, não aconteceu, tendo sido retomadas as negociações no último trimestre do ano 2024. Este documento reflete a integração do IIHSCJ em regime de complementaridade ao Sistema Nacional de Saúde e considera a prestação de serviços e respetivo pagamento diferenciado de acordo com a complexidade clínica do utente. Assumem especial relevância os utentes de alta complexidade, que cada vez mais fazem parte das referenciações dos hospitais, e que obrigam ao reforço de horas e de capacitação dos profissionais.

O IIHSCJ continua empenhado na diversificação da sua atividade em áreas interligadas com a saúde mental, na integração na rede de cuidados continuados em saúde mental, na implementação de mais estruturas comunitárias de apoio ao envelhecimento ativo, no trabalho constante de capacitação das pessoas assistidas para uma vida ativa e autónoma, em estruturas fora das unidades hospitalares.

O IIHSCJ tem uma capacidade instalada de **3 025** camas de internamento, mais 13 camas do que no ano 2023. Em 2024 foi aberta uma nova Residência no Centro de Braga, com o nome de Santa Maria Madalena, como resposta na área da reabilitação psicossocial, com 10 camas. Na Unidade de Saúde da Guarda, a capacidade do Centro aumentou em 3 camas, fruto de uma reorganização interna.

A distribuição das camas é a seguinte:

2 781 Psiquiatria e Saúde Mental – internamento e estruturas de reabilitação;
244 Reabilitação Psicossocial, Cuidados Paliativos e Cuidados continuados.

	Taxa de ocupação		
	2024	2023	Var.
Continente	94,61%	97,50%	-3%
Madeira	100,00%	99,88%	0,12%
Açores	99,61%	99,75%	-0,14%
Total	98,07%	99,04%	-1%

A variação da taxa de ocupação, nomeadamente no Continente, está relacionada essencialmente com as unidades de curto internamento, unidades de cuidados paliativos e unidades de lesão cerebral, que sofrem pelo desconhecimento da existência destes serviços nos nossos Centros. Nos últimos anos o Instituto tem implementado uma crescente dinamização da área da comunicação, para que seja mais amplamente conhecido o que fazemos bem e os serviços que oferecemos.

A convicção de que um maior conhecimento se pode traduzir numa maior procura dos serviços permite relacionar com o crescimento de algumas áreas. No quadro seguinte verifica-se, de ano para ano, um aumento consistente das pessoas assistidas por áreas de intervenção.

O Instituto desenvolveu ainda esforços junto de entidades públicas e privadas, para efetuar parcerias, de forma a dar respostas, que ainda se apresentam muito deficitárias nas áreas referidas.

	Curto, médio e longo internamento							
	Dias Internamento				Nº Pessoas Atendidas			
	2024	2023	Var.	%	2024	2023	Var.	%
Psiquiatria/Deficiência Intelectual	585 951	574 976	10 975	2%	2 931	2 880	51	2%
Psicogeriatría	398 430	395 346	3 083	1%	1 409	1 393	16	1%
Lesão cerebral	31 051	31 045	6	0%	305	271	34	13%
Cuidados Paliativos	3 591	3 439	152	4%	147	122	25	20%
Reabilitação Psicossocial	55 276	55 750	-474	-1%	214	237	-23	-10%
Total	1 074 298	1 060 556	13 742	1%	5 006	4 903	103	2%

O número de dias de internamento em psiquiatria e deficiência intelectual continuou a aumentar de 2023 para 2024, resultado não só do internamento de média e longa duração, mas essencialmente do aumento do número de camas de curto internamento já no ano 2023, o que também se reflete no aumento do número de pessoas assistidas.

A aposta na área de reabilitação psicossocial, de forma a permitir aos utentes uma vida mais autónoma em residências e apartamentos (dentro ou fora dos nossos Centros), continua a aumentar, com exceção do Centro da Guarda. Fruto de uma frequente avaliação da situação pessoal e clínica

das pessoas assistidas nessa Unidade de Saúde, foi necessário transferir o grupo do apartamento externo para as unidades internas, por perda de autonomia, o que se traduziu na diminuição do número de dias de internamento nesta rubrica. O Centro está empenhado em continuar a avaliar e a identificar utentes que possam integrar esta resposta comunitária.

- Análise por Região

	Número de pessoas atendidas			
	2024	2023	Var.	% Var.
Continente	3 192	3 084	108	4%
Madeira	1 362	1 368	-6	-0,44%
Açores	452	450	2	0,44%
Total	5 006	4 902	104	2%

Nas regiões Autónomas da Madeira e dos Açores não existiram alterações significativas, tendo em conta a taxa de ocupação de quase 100%. No entanto, no Continente, verificou-se um aumento de cerca de 3%, que corresponde a mais 85 pessoas atendidas. Assistiu-se a uma recuperação face aos anos 2022/2023, em que se tinha registado uma diminuição de 3%.

	Nº de consultas				Pessoas atendidas em consultas			
	2024	2023	Var.	%	2024	2023	Var.	%
TOTAL 1ª Consulta + Sucessivas	20 513	18 497	2 016	11%	4 898	4 444	454	10%

No ano 2024, nas áreas de consultas e tratamentos em ambulatório verificou-se um incremento significativo. Desenvolveram-se as seguintes especialidades de intervenção:

- Psiquiatria/ Deficiência Intelectual
- Psicogeriatría e demências
- Pedopsiquiatria
- Neurologia
- Comportamentos Aditivos
- Comportamento Alimentar
- Acompanhamento do Luto
- Consulta da Dor
- Psicologia
- Fisiatria
- Outras especialidades

A disponibilização de melhores estruturas e poder contar com a colaboração de mais profissionais, permitiu uma maior diversificação de respostas em ambulatório no âmbito da saúde mental, indo ao encontro das necessidades da população. Esta dinâmica veio acrescer em 10% o número de consultas, com mais de 4800 pessoas assistidas.

O posicionamento das Irmãs Hospitaleiras em Condeixa, Braga, Lisboa e Idanha, em desenvolver uma oferta mais diversificada em ambulatório e apostando em áreas de tratamento de última geração, permitiu aproximar os serviços às necessidades da população.

	Área de dia/ Apoio domiciliário							
	Nº de lugares				Pessoas atendidas			
	2024	2023	Var.	%	2024	2023	Var.	%
TOTAL	172	159	13	8%	275	172	103	60%

As áreas de dia e o apoio domiciliário têm vindo a crescer nos nossos Centros.

Relativamente à área de dia temos as seguintes respostas:

- **Braga:** Gabinete Integrado de Serviços em Saúde Mental, que articula várias respostas à comunidade: consultas, unidade socio-ocupacional e formação profissional;
- **Idanha:** Unidade de Dia de Demências (iniciado em outubro de 2024) tem como complemento programas de reabilitação e estimulação cognitiva;
- **São Roque:** Escola Educação Especial para as crianças e jovens;
- **Lisboa:** Hospital de Dia para Perturbações do Comportamento Alimentar (RIPA).

Adicionalmente a estas respostas, está em processo de abertura um hospital de dia na área das demências, nos Centros de Braga e da Terceira.

Nos valores anteriormente apresentados não estão registados dois Ginásios Cerebrais Sénior Comunitários, em parceria com as Autarquias Locais, e que têm como objetivo a promoção do envelhecimento ativo e saudável para pessoas com mais de 55 anos.

6.2.2 DESEMPENHO DE RECURSOS HUMANOS

Num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente, o Instituto tem vindo a desenvolver uma estratégia consolidada com vista à valorização e retenção dos seus colaboradores. Esta estratégia assenta no reconhecimento de que os profissionais são um ativo essencial para garantir a qualidade assistencial, segundo o modelo hospitaleiro que orienta a nossa atuação.

Em 2024 foi dada continuidade ao trabalho iniciado em anos anteriores, com especial enfoque na formação e desenvolvimento de competências específicas da função, liderança e identidade, permitindo manter os colaboradores comprometidos com a Cultura e Missão do Instituto. Estas ações proporcionam momentos de partilha de boas práticas entre profissionais de diversas áreas de trabalho.

Reduzir os níveis de *turnover* assumiu-se como uma prioridade estratégica, entendendo-se que a estabilidade das equipas é fundamental para garantir a qualidade dos cuidados, a preservação da cultura institucional e a sustentabilidade organizacional.

Tendo em conta essa prioridade, e dando continuidade ao percurso iniciado em 2023, foi reforçada a implementação de medidas orientadas para a valorização e reconhecimento dos colaboradores, tendo como base a avaliação de desempenho. Estas medidas visaram dar resposta aos desafios da retenção, qualificação e compromisso das equipas com a missão do Instituto. De entre elas, salientam-se:

- ✓ A progressão salarial de acordo com o resultado da avaliação de desempenho;
- ✓ O fortalecimento do papel e competências das lideranças;
- ✓ O desenvolvimento da escuta ativa, envolvimento e participação dos colaboradores em dinâmicas que reforçam o compromisso com a Cultura e Missão do Instituto;
- ✓ O desenvolvimento do ciclo de vida institucional do colaborador, acompanhando-o nas diferentes etapas, em vista ao compromisso estável com o Projeto Hospitalar;
- ✓ A revisão do modelo de avaliação de desempenho.

Os recursos humanos continuam a ser a parte mais significativa do total dos custos do Instituto, representando cerca de 62%. Em 2024 os gastos com pessoal rondaram os 51,5 milhões de euros, mais 10% do que no ano anterior. Não podemos esquecer que o salário mínimo, de 2023 para 2024, aumentou 7,9%.

Os custos com pessoal, no decurso dos exercícios de 2024 e 2023, apresentam os seguintes valores:

Gastos com pessoal – por rubrica				
	2024	2023	Var.	% Var.
Remunerações base	29 343 469,20	26 517 790,96	2 825 678,24	11%
Encargos sobre remunerações	8 737 851,63	7 987 151,00	750 700,63	9%
Subsídio de férias e Natal	5 979 522,11	5 404 125,83	575 396,28	11%
Subsídio de refeição	3 211 327,33	2 923 097,27	288 230,06	10%
Trabalho suplementar	1 414 140,83	1 293 510,07	120 630,76	9%
Subsídio de trabalho noturno e turno	1 362 925,64	1 265 978,01	96 947,63	8%
Seguros de acidente de trabalho	567 338,84	514 397,35	52 941,49	10%
Compensação de caducidade de trabalho	65 456,11	87 899,77	-22 443,66	-26%
Gastos com formação	52 290,06	43 567,02	8 723,04	20%
Vestuário e artigos pessoais	46 857,17	97 403,61	-50 546,44	-52%
Outros prémios	516 362,23	604 059,82	-87 697,59	-15%
Outros gastos com pessoal	255 567,72	255 599,67	-31,95	-0%
Total	51 553 108,87	46 994 580,38	4 558 528,49	10%

As remunerações base e os subsídios de férias e de Natal foram as rubricas com maior impacto no aumento dos custos com pessoal no último ano. No que respeita às remunerações base, registou-se um acréscimo de 11%, justificado, em grande parte, pelo já referido aumento do salário mínimo e pelo aumento das equipas. Este aumento teve um efeito transversal, pressionando toda a grelha salarial do Instituto.

A diminuição dos custos com a compensação de caducidade de trabalho resulta do menor número de cessações de contratos de trabalho por caducidade.

Pessoal – categorias profissionais				
ETI's	Pessoal contratado			
	2024	2023	Var.	%
Médicos especialistas	38,29	33,51	4,78	14%
Psicólogos	38,93	36,43	2,50	7%
Farmacêuticos	24,97	21,55	3,42	16%
Enfermeiros	414,27	402,62	11,65	3%
Fisioterapeutas	43,84	38,20	5,64	15%
Terapeuta da Fala	2,67	2,60	0,07	3%
Terapeutas ocupacionais	27,70	22,00	5,70	26%
Assistentes Sociais	28,11	25,57	2,54	10%
Educadores sociais	9,98	11,00	-1,02	-9%
Auxiliares e Cuidadores	1 058,15	994,25	63,90	6%
Monitores ocupacionais	112,42	110,60	1,82	2%
Serviço Religioso	16,68	16,08	0,60	4%
Outro Pessoal Assistencial	17,50	47,69	-30,19	-63%
SUBTOTAL Assistencial	1 833,51	1 762,10	71,41	4%
Diretores	35,27	36,10	-0,83	-2%
Administrativos	128,93	128,05	0,88	1%
Manutenção	33,55	37,93	-4,38	-12%
Restauração	59,48	63,00	-3,52	-6%
Lavandaria	61,71	66,50	-4,79	-7%
Limpeza	39,84	19,00	20,84	110%
Outro Pessoal Não Assistencial	63,47	72,79	-9,32	-13%
SUBTOTAL Não Assistencial	422,25	423,37	-1,12	-0,3%
Total	2 255,76	2 185,47	70,29	3%

Pessoal – categorias profissionais				
ETI's	Pessoal subcontratado			
	2024	2023	Var.	%
Médicos especialistas	5,64	3,71	1,93	52%
Psicólogos	0,10	1,41	-1,31	-93%
Farmacêuticos	1,90	1,45	0,45	31%
Enfermeiros	159,19	140,79	18,40	13%
Fisioterapeutas	0,20	0,20	0,00	0%
Terapeuta da Fala	1,48	0,50	0,98	196%
Educadores sociais	0,09	0,09	0,00	0%
Auxiliares e Cuidadores	13,34	20,63	-7,29	-35%
Outro Pessoal Assistencial	0,79	3,26	-2,47	-76%
SUBTOTAL Assistencial	182,73	172,04	10,69	6%
Restauração	8,00	8,00	0,00	0%
Limpeza	4,20	3,07	1,13	37%
Outro Pessoal Não Assistencial	7,38	7,61	-0,23	-3%
SUBTOTAL Não Assistencial	19,58	18,68	0,90	5%
Total	202,31	190,72	11,59	6%

O aumento dos custos com pessoal está igualmente relacionado com a integração de 70 novos contratados e 11 novos prestadores de serviços, principalmente auxiliares, cuidadores e enfermeiros. Estas contratações visaram dar resposta ao crescimento da atividade assistencial registado no último ano nas diversas valências e projetos do Instituto, bem como colmatar ausências temporárias decorrentes de baixas por motivo de doença ou parentalidade.

O internamento de um maior número de utentes de elevada complexidade, impôs a necessidade de adequar as equipas assistenciais. Este nível de complexidade tem vindo a aumentar, devido a patologias com associação de alterações de comportamento em populações mais jovens e ao envelhecimento da população e comorbilidades associadas, que obrigam a um maior número de profissionais e de especialidades complementares para responder integralmente às necessidades de saúde.

- Análise por Região

	Custos com pessoal – por região			
	2024	2023	Var.	%
Continente	36 287 344,58	33 275 107,09	3 012 237,49	9%
Madeira	10 035 428,98	9 062 286,34	973 142,64	11%
Açores	5 230 335,31	4 657 186,95	573 148,36	12%
Total	51 553 108,87	46 994 580,38	4 558 528,49	10%

A percentagem de aumento dos custos com o pessoal foi transversal nas 3 regiões (Continente, Madeira e Açores) com um aumento de cerca de 10%.

Apresentamos agora a distribuição da rubrica de custos com pessoal por região, no ano de 2024:



- Estágios

O IIHSCJ tem colaborado com Universidades e outros estabelecimentos de ensino, proporcionando estágios nas diversas unidades de saúde hospitalares e em várias áreas profissionais: Licenciatura e Mestrado em Enfermagem; Especialização em Saúde Mental e Psiquiatria; Serviço Social; Psicologia Clínica; Neuropsicologia Clínica; Gerontologia; Farmácia; Medicina; Fisioterapia; Terapia Ocupacional; Reabilitação Psicossocial; Animação Sociocultural; Auxiliar de Saúde.

Em 2024 foram realizados 747 estágios, o que representa um aumento de 10% em relação a 2023. Houve também um crescimento do número total de horas de estágio de aproximadamente 7%. Este aumento deve-se à crescente procura por parte dos estagiários, que optam pelo IIHSCJ como o

primeiro contato com o mundo profissional. Tal tendência reflete a maior visibilidade do Instituto junto às instituições académicas, assim como o reconhecimento da excelência dos serviços prestados.

O IIHSCJ entende que estes estágios são um contributo significativo na formação dos profissionais do futuro, dotando-os de capacidades técnica e humana. São também uma forma de nos posicionarmos na área da saúde mental e no mercado de trabalho como marca de referência.

	Estágios							
	Nº de estagiários				Nº horas totais de estágio			
	2024	2023	Var.	%	2024	2023	Var.	%
TOTAL	747	678	69	10%	114 262	106 896	7 366	7%

6.2.3 DESEMPENHO FINANCEIRO

Analisando a performance operacional e financeira do IIHSCJ a 31 de dezembro de 2024, elencam-se os seguintes pontos:

- O total do investimento em ativo fixo tangível (incluindo obras em curso) foi de cerca de 4,3 milhões de euros;
- Os rendimentos consolidados (vendas e prestações de serviços, subsídios, doações e legados à exploração e outros rendimentos) atingiram cerca de 86 milhões de euros, registando um incremento de 10% comparativamente ao ano 2023;
- A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentou novamente uma subida significativa de 16% (no ano 2023 tinha crescido 17%), resultado das subidas dos custos dos recursos energéticos e dos serviços de restauração. O custo com os honorários de profissionais essencialmente da área assistencial subiu cerca de 12%;
- O aumento dos custos com o pessoal em cerca de 10% em 2024 resultou do desenvolvimento de medidas de valorização, retenção e qualificação dos profissionais e do aumento do salário mínimo de 7,9%;
- O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos atingiu um valor aproximado a 9,8 milhões de euros em 2024, que resulta essencialmente do aumento da atividade assistencial, do aumento das diárias de internamento, da contínua preocupação com o controle dos custos e da contenção de gastos de manutenção e novos investimentos nos últimos anos;
- A performance operacional originou um resultado líquido positivo de 5,9 milhões de euros, traduzindo-se numa recuperação significativa dos resultados negativos dos anos de pandemia.

Os indicadores financeiros do IIHSCJ durante o ano de 2024, tal como já se tinha verificado em 2023, ainda se encontram aquém das necessidades de equilíbrio financeiro. Prevê-se o crescimento contínuo dos custos com pessoal (tendo em conta os aumentos de salários mínimos nos próximos anos), sente-se a necessidade do reforço de equipas assistenciais e não assistenciais e de fortes investimentos em estruturas, como em conservação e manutenção dos edifícios e equipamentos.

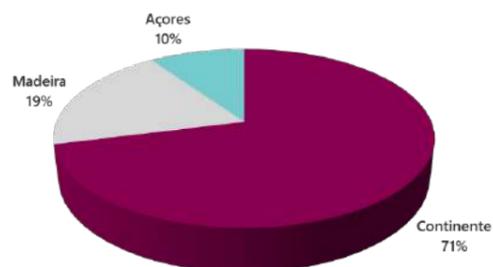
6.2.3.1 Análise de Contas Consolidadas

Em euros	31-dez-24	31-dez-23	Var.	%
Receitas Operacionais	83 836 268,95	75 935 058,87	7 901 210,08	11%
Custos Operacionais	-74 018 754,63	-67 626 028,37	6 392 726,26	10%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	9 817 514,32	8 309 030,50	1 508 483,82	18%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 941 900,23	-3 717 020,61	224 879,62	6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5 875 614,09	4 592 009,89	1 283 604,20	28%
Resultado antes de impostos	5 875 614,00	4 592 010,00	1 283 604,00	28%
Resultado líquido do exercício	5 875 614,00	4 592 010,00	1 283 604,00	28%

6.2.3.2 Análise de Contas por região

Os mapas que se seguem traduzem as variações a nível regional, tendo em conta as diferenças de regras e de sistemas de saúde, com os respetivos impactos nos resultados.

% Prestações de serviços por região 2024



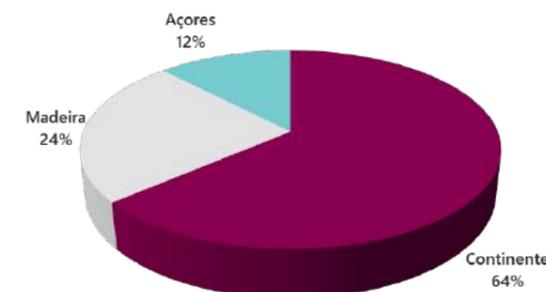
Prestações de serviços

	2024	2023	Var.	% Var.
Continente	58 610 414,37	53 298 483,04	5 311 931,33	10%
Madeira	15 948 816,66	14 155 076,07	1 793 740,59	13%
Açores	7 968 703,00	7 223 740,67	744 962,33	10%
Total	82 527 934,03	74 677 299,78	7 850 634,25	11%

O aumento de cerca de 10% nas prestações de serviços no Continente resulta essencialmente do aumento da diária de internamento de mais 4,6% para os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS), acrescendo um complemento diário de complexidade faturado aos utentes desde abril, que varia de acordo com a avaliação dos utentes na escala de supervisão acordada com o SNS. Para o aumento

das prestações de serviços no Continente também contribuíram o aumento das diárias de longo internamento dos utentes da ADSE em cerca de 22% e os aumentos das outras atividades assistenciais consolidadas.

% Consumos por região 2024



CMVMC

	2024	2023	Var.	% Var.
Continente	5 643 515,53	5 463 175,81	180 339,72	3%
Madeira	2 129 099,14	2 080 569,59	48 529,55	2%
Açores	1 084 101,56	1 028 417,11	55 684,45	5%
Total	8 856 716,23	8 572 162,51	284 553,72	3%

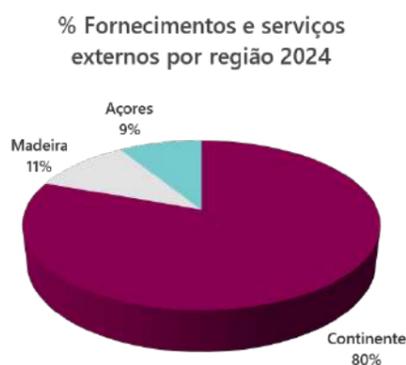
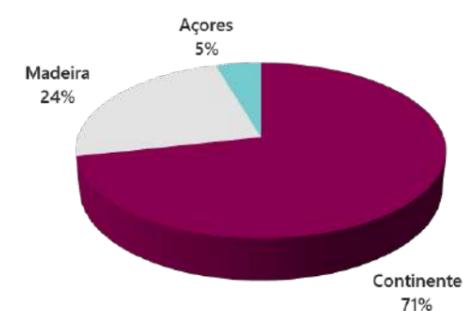
Em 2024, na sequência da implementação do sistema de contabilidade analítica e de forma a apoiar a gestão do Instituto, o custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas passou a ser apurado pelo Sistema de Inventário Permanente (até 2023 era apurado pelo Sistema de Inventário Intermitente).

A rubrica de CMVMC é essencialmente constituída por medicamentos, dispositivos médicos, produtos alimentares e material hoteleiro, entre outros.

No Continente, o aumento verificado no ano 2024 face a 2023 foi de cerca de 3%, correspondente essencialmente ao aumento dos medicamentos (mais 6%, cerca de 108 mil euros) e dos produtos alimentares (mais 6%, cerca de 84 mil euros). Por outro lado, continuámos com alguma redução no valor dos dispositivos médicos (menos 1,7%, cerca de 16 mil euros), o que permitiu que o desvio total da rubrica ficasse abaixo dos valores da inflação.

No caso da Região Autónoma da Madeira, o aumento verificado no ano 2024 face a 2023 foi de cerca de 2%. Também aqui se verificou uma redução do valor dos dispositivos médicos, em cerca de 4,8%. As restantes rubricas aumentaram, mas o impacto foi menor do que no Continente.

Na Região Autónoma dos Açores foi onde se registou o maior aumento 2024 para 2023: cerca de 5%. Destaca-se o aumento significativo dos medicamentos: mais 22 mil euros, cerca de mais 8,3%. Este aumento não corresponde a um aumento de pessoas assistidas, mas a um aumento generalizado de preços nesta região.

**% EBITA por região 2024****Fornecimentos e serviços externos**

	2024	2023	Var.	% Var.
Continente	12 677 762,36	10 476 540,40	2 201 221,96	21%
Madeira	1 669 610,44	1 781 133,58	-111 523,14	-6%
Açores	1 403 215,54	1 293 177,89	110 037,65	9%
Total	15 750 588,34	13 550 851,87	2 199 736,47	16%

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos foi a que mais cresceu no ano de 2024 face ao período homólogo, com mais de 2,2 milhões de euros, correspondentes a mais 16%.

Esta rubrica sofreu um grande aumento no Continente, mais 21% do que em 2023. Grande parte desse aumento é justificado pelo aumento de 94% na rubrica da eletricidade, que corresponde a mais cerca de 307 mil euros. O gasto com a eletricidade aumentou não pelo aumento do consumo, mas pelo valor de 2023 estar reduzido pela fixação excecional de tarifas de eletricidade no segundo semestre de 2023.

O aumento dos honorários, essencialmente de serviços de enfermagem, teve um aumento muito significativo. Houve não só um aumento do número de prestadores, como do valor hora pago a estes profissionais, refletindo cerca de mais 408 mil euros face ao ano 2023.

Os custos com a restauração foi uma das rubricas que sofreu um importante aumento de mais 17%, correspondentes a cerca de mais 390 mil euros. Em finais de 2023 foi efetuada nova consulta de mercado, tendo resultado na alteração da empresa de fornecimento de refeições, com consequentes atualizações dos valores. Recordamos que o setor alimentar foi um dos que sofreu maior impacto da inflação nos anos anteriores, sendo inevitável um ajuste com esta dimensão.

No Continente verificou-se uma subida muito significativa na rubrica conservação e manutenção (cerca de 517 mil euros), referentes essencialmente aos centros da Idanha e Belas.

Na Região Autónoma da Madeira, apesar do aumento da maioria das rubricas de acordo com o valor da inflação, a eletricidade sofreu uma redução de cerca de 25% (- 76 mil euros), tendo em conta que o mercado desta região é regulado e a baixa de preços de mercado foi imediatamente refletida nos custos.

No caso da Região Autónoma dos Açores as rubricas em geral aumentaram na percentagem da inflação. As subidas mais significativas estão relacionadas com a vigilância e a segurança, cerca de mais 32 mil euros, pela externalização deste serviço no Centro de S. Miguel e com a conservação e reparação de edifícios. Tendo em conta as condições climáticas insulares e o tipo de construção dos edifícios dos Centros de S. Miguel e da Terceira, os valores desta rubrica serão sempre crescentes.

	2024	2023	Var.	% Var.
Continente	7 024 278,97	6 648 781,29	375 497,68	6%
Madeira	2 345 047,17	1 325 206,78	1 019 840,39	77%
Açores	448 188,18	335 042,43	113 145,75	34%
Total	9 817 514,32	8 309 030,50	1 508 483,82	18%

Em 2024 o efeito positivo do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) no Continente está diretamente relacionado com dois fatores. Em primeiro lugar, a redução das imparidades em cerca de 275 mil euros, graças à recuperação de uma dívida da segurança social, provisionada em anos anteriores, referente ao Centro de Condeixa. Em segundo lugar, a existência de um órgão de gestão permanente empenhado em ajustar os custos e os aumentos significativos dos últimos anos e que não são controlados pelo Instituto. Estamos a referir-nos a custos com o pessoal, pelo aumento do salário mínimo ou pelo aumento de algumas categorias profissionais nos hospitais públicos, que temos de tentar acompanhar. Referimos ainda os aumentos relacionados com a inflação e aos aumentos decorrentes de políticas e conflitos externos.

Existe ainda um efeito negativo, relativamente ao período homólogo, das carteiras de investimento, que se reflete no justo valor de menos 244 mil euros, mas que no próprio ano tem um valor significativamente positivo.

Ao contrário da tendência de diminuição da margem e do valor do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos dos últimos anos, em 2024, no Arquipélago da Madeira, inverteu-se esta tendência, com um aumento cerca de 1,2 milhões de euros. Esta inversão está diretamente relacionada com o aumento de 10% na diária de internamento, a dificuldade de contratar colaboradores e a redução de alguns custos. Foi uma inversão muito importante, na medida das necessidades de investimentos nos Centros desta região, cada vez mais crescentes.

Na Região Autónoma do Açores esta tendência de diminuição da margem e do valor do EBITDA também foi invertida. O ano 2024 permitiu um aumento importante deste resultado. No entanto, as necessidades de investimentos nestes dois Centros são muito superiores aos resultados apresentados, que ficam muito aquém das necessidades.

A situação financeira do IIHSCJ continua a merecer uma atenção especial e permanente com vista à garantia da sustentabilidade, pelo facto do aumento do custo da prestação de serviços não ser

proporcionalmente acompanhado pelos aumentos da receita/financiamento, sobretudo das entidades e subsistemas públicos, responsáveis por 90% das pessoas assistidas, com especial atenção para a Região Autónoma dos Açores.

O IIHSCJ continua empenhado em aplicar os seus resultados positivos na melhoria das condições de trabalho e reconhecimento dos colaboradores. Além disso, ambiciona aumentar o número de profissionais com assistência direta ao utente e responder às necessidades gritantes de investimentos em infraestruturas, equipamentos e modernização dos sistemas de informação.

6.2.3.3 Análise financeira do Instituto

Findos os exercícios económicos dos anos 2024 e 2023 o balanço consolidado do Instituto é o que se apresenta.

Em euros	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Ativo				
Ativo não corrente	59 413 001,95	59 559 328,11	-146 326,16	0%
Ativo corrente	39 469 349,04	35 860 702,44	3 608 646,60	10%
Inventários	1 430 583,69	1 357 455,50	73 128,19	5%
Créditos a receber	16 516 371,13	18 891 481,32	-2 375 110,19	-13%
Estado e outros entes públicos	735 860,80	352 010,82	383 849,98	109%
Diferimentos	131 309,94	140 385,87	-9 075,93	-6%
Outros ativos correntes	11 682 072,31	9 809 426,39	1 872 645,92	19%
Caixa e seus equivalentes	8 973 151,17	5 309 942,54	3 663 208,63	69%
Total do ativo	98 882 350,99	95 420 030,55	3 462 320,44	4%
Fundos patrimoniais e passivo				
Fundos patrimoniais	78 845 022,46	72 848 696,91	5 996 325,55	8%
Passivo				
Passivo não corrente	9 000 000,00	11 640 000,00	-2 640 000,00	-23%
Financiamentos obtidos	9 000 000,00	11 640 000,00	-2 640 000,00	-23%
Passivo corrente	11 037 328,53	10 931 333,64	105 994,89	1%
Fornecedores	1 485 798,34	1 475 343,82	10 454,52	1%
Estado e outros entes públicos	1 374 243,18	1 305 671,60	68 571,58	5%
Financiamentos obtidos	660 000,00	1 440 000,00	-780 000,00	-54%
Diferimentos	264 400,89	218 406,00	45 994,89	21%
Outros passivos correntes	7 252 886,12	6 491 912,22	760 973,90	12%
Total do passivo	20 037 328,53	22 571 333,64	-2 534 005,11	-11%
Total dos fundos patrimoniais e passivo	98 882 350,99	95 420 030,55	3 462 320,44	4%

As principais variações em termos de ativos e passivos ocorre nas seguintes rubricas:

Créditos a receber – A finalização da negociação da revisão do Acordo com a Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS/SNS) em que se definiu que a entidade pagadora dos utentes, em 2025, passaria a ser a ACSS e não as Unidades Locais de Saúde (ULS), fez com que estas últimas, no final do ano 2024, pagassem a maior parte do valor em dívida com os Centros do Continente. Daí resultou a diminuição do valor desta rubrica.

No entanto, relativamente à dívida dos hospitais da região Autónoma dos Açores, que a 31 de dezembro 2024 ascendia a cerca de 4,1 milhões de euros, o IIHSCJ assinou, no início de janeiro de 2025, um acordo de pagamento da mesma com a Secretaria Regional das Finanças e da Saúde dos Açores de forma a liquidar toda a dívida referida até a 30/06/2025.

Outros ativos correntes – Nesta rubrica encontramos valores relativos à carteira de investimentos que sofreu uma valorização de cerca de 470 mil euros, fruto da rentabilidade e das variações verificadas nos mercados financeiros em 2024. Para o Instituto este valor mantém-se como investimento de médio e longo prazo. No final do ano, face à disponibilidade de tesouraria, foi reforçada a aquisição de títulos da dívida pública que acrescidas dos juros respetivos, correspondeu a um aumento de cerca de 1,3 milhões de euros.

Caixa e seus equivalentes – O aumento desta rubrica está diretamente relacionado com a diminuição dos créditos a receber. Estes valores foram recebidos essencialmente no último trimestre de 2024.

Financiamentos obtidos – À data de 31 de dezembro de 2024 os financiamentos obtidos diminuíram em cerca de 3,4 milhões de euros. Esta diminuição está relacionada com a liquidação dos empréstimos, de dívida corrente e não corrente (nomeadamente a Casa de Saúde Câmara Pestana), dos Centros à Província Portuguesa de Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus. Esses empréstimos foram contraídos pelos Centros ao longo dos anos para fazer face a vários investimentos em obras.

6.3 SITUAÇÃO DE DÍVIDA À SEGURANÇA SOCIAL E AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

Tal como é sua característica, o Instituto termina o ano de 2024 sem dívidas à Segurança Social e à Autoridade Tributária.



DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte INSTITUTO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
 Firma/Denominação INSTITUTO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
 N.º de Identificação de Segurança Social 20008888053
 N.º de Identificação Fiscal 500989001
 N.º da Declaração 053637222ASCD24
 Data de emissão 2024-10-09

INSTITUTO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
 R PROF LUIS CUNHA GONÇALVES N 5 1 ES LISBOA
 1600-828 LISBOA

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro, na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de 4 meses, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A Diretora da Unidade de Contribuintes Estratégicos

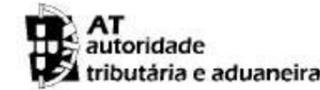

Cláudia Martins

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20008888053

Código de Verificação - W6P5397S8Q4HPRR

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados. Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.



Serviço de Finanças de LISBOA-11 - [3344]

CERTIDÃO

Maria Manuela Ferreira Laranjeira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de LISBOA-11.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177.º-A e/ou n.ºs 5 e 12 do artigo 169.º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT). A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos n.ºs 4 e 6 do artigo 24.º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 9 de Outubro de 2024.

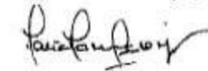
IDENTIFICAÇÃO

NOME: INSTITUTO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

NIF: 500989001

Elementos para validação
 N.º Contribuinte: 500989001
 Cód. Validação: YTWUIDFGHWMV

O Chefe de Finanças,



(Maria Manuela Ferreira Laranjeira)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEFMP041_W400



6.4 PERSPETIVAS PARA 2025

As projeções para Portugal em 2025 indicam a continuidade de um clima político de incerteza, seja no Continente, seja na Região Autónoma dos Açores. Este clima de incerteza determina que o IIHSCJ mantenha uma estratégia prudente em 2025, sem perda de ousar implementar medidas inovadoras que sirvam a população (prioritariamente a mais carenciada), e que possam vir a acolher o apoio financeiro das entidades públicas.

No que concerne ao IIHSCJ, as perspetivas financeiras para o ano 2025 não são otimistas, tendo em conta o aumento do salário mínimo em cerca de 7,9% e o contínuo aumento dos preços de bens e serviços, sem o respetivo acompanhamento do aumento das diárias, tanto no Continente e na Madeira, mas especialmente nos Açores.

Independentemente dos riscos e das incertezas, queremos dar continuidade às estratégias nas áreas de recursos humanos e da sustentabilidade ecológica. Também a redução dos custos de energia, utilizar energia mais limpa e ter edifícios mais sustentáveis. A preocupação com a manutenção e conservação das instalações também será no ano 2025 uma preocupação central para o Instituto.

A continuidade dos processos desencadeados nos últimos quatro anos, é fundamental, especialmente no fortalecimento da identidade, na visão e posicionamento do IIHSCJ na área assistencial e ao nível da organização, sem perder o foco nos objetivos estratégicos nas áreas de recursos humanos e económico-financeira, contando com a potencialidade da comunicação.

Identidade

- Reforço da presença da pastoral da saúde nos programas individuais de intervenção;
- Capacitação de líderes carismáticos nas equipas sobretudo em níveis de liderança;
- Definição, em cada centro assistencial, de equipas que garantam a identidade carismática da Obra;
- Desenvolvimento de dinâmicas nas equipas que fortaleçam o sentido de pertença à Instituição.

Assistencial

- Continuação do desenvolvimento da área assistencial, integrando respostas de inovação, nomeadamente com intervenções de âmbito comunitário e de apoio domiciliário;
- Preocupação em manter a diferenciação da nossa oferta em saúde mental, seja pelo aprofundamento do modelo Assistencial Hospitalareiro, seja pela progressiva integração de respostas no âmbito da reabilitação funcional e do apoio a pessoas com dependências de substâncias químicas e não químicas;
- Estabelecimento de *guidelines* que permitam consolidar o modelo assistencial hospitalareiro;
- Desenvolvimento de estruturas que nos permitam a integração no âmbito das Redes de Cuidados Continuados em Saúde Mental;
- Reforço do *empowerment* das pessoas assistidas e desenvolvimento de metodologias para garantir os direitos das pessoas assistidas e promover a *advocacy*;

- Continuação do processo de revisão e reconfiguração das respostas assistenciais, considerando a complexidade clínica e funcional dos utentes; promovendo a definição de "*guidelines*" que permitam uma abordagem cientificamente mais documentada; recolhendo as melhores práticas existentes nos diversos centros hospitalareiros;
- Desenvolvimento de sinergias com os Centros de investigação das Irmãs Hospitalareiras em Espanha para fazer caminho de afirmação como instituição de referência em saúde mental;
- Reforço do processo de revisão e ampliação dos protocolos de prestação de cuidados de saúde, nomeadamente com seguradoras e entidades locais.

Organização

- Continuação da reorganização/desenvolvimento dos sistemas de informação e infraestruturas informáticas, nomeadamente com a implementação de novos procedimentos na área da gestão de recursos humanos, no circuito do medicamento e com a melhoria geral da infraestrutura de rede e da segurança do sistema;
- Continuação do processo de melhoria contínua com maior uniformização de procedimentos e processos;
- Consolidação do sistema de controlo interno do Instituto, com a continuidade de auditorias às unidades de saúde e com a disponibilização de novas ferramentas de análise, nomeadamente dos centros analíticos e implementação do *Power BI*;
- Aposta na criação de uma resposta no domínio da investigação, potenciando o saber interno e recorrendo ao contributo da estrutura das Irmãs Hospitalareiras, nomeadamente de Espanha – FIDMAG.

Recursos Humanos

- Estratégias de acompanhamento e motivação dos colaboradores, cuidando do seu bem-estar e compromisso institucional;
- Capacitação, promoção e reconhecimento dos colaboradores;
- Reconfiguração do modelo de *governance* de RH;
- Continuidade de processo de uniformização de procedimentos de RH;
- Fomento de um encontro de reflexão alargado sobre a temática da gestão dos RH.

Económico-financeiro

- Assumir diligências junto das entidades oficiais de saúde para revisão dos critérios e valores de financiamento da prestação de cuidados de saúde mental e de psiquiatria, especialmente nas Ilhas dos Açores e da Madeira;
- Avaliação sistemática da performance de gestão, com melhoria de sistemas informáticos;
- Ampliação das áreas de negociação centralizada de compras do IIHSCJ de forma a beneficiar de economias de escala.

Comunicação

- Melhorar a comunicação interna de forma a promover um maior alinhamento dos colaboradores com os objetivos estratégicos do Instituto;
- Promover a comunicação externa para tornar o Instituto mais conhecido e reconhecido no seu bem fazer e diversidade de oferta;
- Realizar um maior número de eventos de natureza científica e promotores da divulgação das iniciativas inovadoras realizadas pelo Instituto.

6.5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido, no valor de 5 875 614,09 €, seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

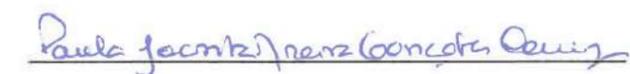
6.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da aprovação das demonstrações financeiras de 2024, e na continuidade do trabalho realizado nos últimos 3 anos, já se efetivou a assinatura do contrato com a ACSS com data de 25 de março de 2025.

Para além deste evento, a Direção do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus reconhece que não existem acontecimentos de impacto significativo, que alterem a informação contida nos mapas de 2024.

Lisboa, 28 de maio de 2025

A Direção do Instituto



(Paula Jacinta Moreira Gonçalves Carneiro - Presidente)



(Maria Anália Oliveira Antunes - Vice-Presidente)



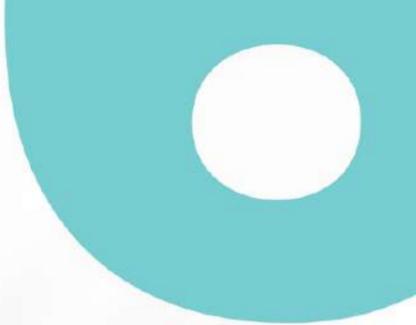
(Laura Neves - Secretária)



(Maria Fernanda Macedo Oliveira - Tesoureira)



(Fernanda Maria Silva Esteves - Vogal)



**Demonstrações
Financeiras**



7.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração resultados					
Em euros	Notas	31-dez-24	31-dez-23	Var.	%
Vendas e Serviços Prestados	7	82 527 934,03	74 677 299,78	7 850 634,25	11%
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1 308 334,92	1 257 759,09	50 575,83	4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-8 856 716,23	-8 572 162,51	-284 553,72	3%
Fornecimentos e serviços externos	10	-15 750 588,34	-13 550 851,87	-2 199 736,47	16%
Gastos com o pessoal	11	-51 553 108,87	-46 994 580,38	-4 558 528,49	10%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	135 022,44	-667 614,73	802 637,17	-120%
Aumentos/reduções de justo valor	13	356 989,21	601 860,94	-244 871,73	-41%
Reduções		-305 857,40	-297 887,23	-7 970,17	3%
Aumentos		662 846,61	899 748,17	-236 901,56	-26%
Outros rendimentos	14	2 075 666,74	2 035 763,66	39 903,08	2%
Outros gastos	15	-426 019,58	-478 443,48	52 423,90	-11%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 817 514,32	8 309 030,50	1 508 483,82	18%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16 e 17	-3 941 900,23	-3 717 020,61	-224 879,62	6%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 875 614,09	4 592 009,89	1 283 604,20	28%
Resultado antes de impostos		5 875 614,09	4 592 009,89	1 283 604,20	28%
Resultado líquido do exercício		5 875 614,09	4 592 009,89	1 283 604,20	28%

7.2 BALANÇO

Balança					
Em euros	Notas	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	16	59 412 449,23	59 221 388,27	191 060,96	0%
Ativos intangíveis	17	0,00	0,00	0,00	0%
Investimentos financeiros	18	552,72	337 939,84	-337 387,12	-100%
Total do ativo não corrente		59 413 001,95	59 559 328,11	-146 326,16	0%
Ativo corrente					
Inventários	19	1 430 583,69	1 357 455,50	73 128,19	5%
Créditos a receber	20	16 516 371,13	18 891 481,32	-2 375 110,19	-13%
Estado e outros entes públicos	21	735 860,80	352 010,82	383 849,98	109%
Diferimentos	22	131 309,94	140 385,87	-9 075,93	-6%
Outros ativos correntes	23	11 682 072,31	9 809 426,39	1 872 645,92	19%
Caixa e seus equivalentes	24	8 973 151,17	5 309 942,54	3 663 208,63	69%
Total do ativo corrente		39 469 349,04	35 860 702,44	3 608 646,60	10%
Total do ativo		98 882 350,99	95 420 030,55	3 462 320,44	4%
Fundos patrimoniais e passivo					
Fundos patrimoniais					
Fundos		71 034 585,33	71 034 585,33	0,00	0%
Resultados transitados		-1 030 340,62	-5 622 350,51	4 592 009,89	-82%
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2 965 163,66	2 844 452,20	120 711,46	4%
Resultado líquido do período		5 875 614,09	4 592 009,89	1 283 604,20	28%
Total dos fundos patrimoniais	25	78 845 022,46	72 848 696,91	5 996 325,55	8%
Passivo					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	26	9 000 000,00	11 640 000,00	-2 640 000,00	-23%
Total do passivo não corrente		9 000 000,00	11 640 000,00	-2 640 000,00	-23%
Passivo corrente					
Fornecedores	27	1 485 798,34	1 475 343,82	10 454,52	1%
Estado e outros entes públicos	21	1 374 243,18	1 305 671,60	68 571,58	5%
Financiamentos obtidos	26	660 000,00	1 440 000,00	-780 000,00	-54%
Diferimentos	28	264 400,89	218 406,00	45 994,89	21%
Outros passivos correntes	29	7 252 886,12	6 491 912,22	760 973,90	12%
Total do passivo corrente		11 037 328,53	10 931 333,64	105 994,89	1%
Total do passivo		20 037 328,53	22 571 333,64	-2 534 005,11	-11%
Total dos fundos patrimoniais e passivo		98 882 350,99	95 420 030,55	3 462 320,44	4%

7.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração Fluxos de Caixa					
Em euros	Notas	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Atividades operacionais					
Recebimentos de clientes		82 544 687,19	74 734 500,28	7 810 186,91	10%
Pagamentos a fornecedores		-23 710 900,27	-21 718 212,33	1 992 687,94	9%
Pagamentos ao pessoal		-33 120 542,99	-33 891 127,45	-770 584,46	-2%
Caixa gerada pelas operações		25 713 243,93	19 125 160,50	6 588 083,43	34%
Pagamentos ao estado		-17 192 586,32	-16 133 974,88	1 058 611,44	7%
Outros recebimentos/pagamentos operacionais		1 805 564,98	1 346 481,04	459 083,94	34%
Fluxos das atividades operacionais		10 326 222,59	4 337 666,66	5 988 555,93	138%
Atividades de investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Subsídios ao investimento		95 895,55	57 660,33	38 235,22	66%
Juros e rendimentos similares		121 440,40	31 027,62	90 412,78	291%
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		-3 730 320,35	-1 550 671,42	2 179 648,93	141%
Ativos intangíveis		-242,17	-3 853,72	-3 611,55	-94%
Fluxos das atividades de investimento		-3 513 226,57	-1 465 837,19	-2 047 389,38	-140%
Atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Doações		270 212,61	180 769,78	89 442,83	49%
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-3 420 000,00	-7 110 000,00	-3 690 000,00	-52%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-3 149 787,39	-6 929 230,22	3 779 442,83	55%
Variações de caixa e seus equivalentes		3 663 208,63	-4 057 400,75	7 720 609,38	190%
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 309 942,54	9 367 343,29	-4 057 400,75	-43%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24	8 973 151,17	5 309 942,54	3 663 208,63	69%

7.4 DEMONSTRAÇÃO DA ALTERAÇÃO NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Demonstração da Alteração nos Fundos Patrimoniais						
Em euros	Notas	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Em 1 de janeiro de 2023		71 034 585,33	-5 618 214,78	2 951 241,69	-4 135,73	68 363 476,51
Variações relacionadas c/ subsídios ao investimento				-106 789,49		-106 789,49
Outras variações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
Resultado líquido do exercício					4 592 009,89	4 592 009,89
Resultado extensivo		0,00	0,00	-106 789,49	4 592 009,89	4 485 220,40
Transferência do resultado líquido do exercício anterior			-4 135,73		4 135,73	0,00
Em 31 de dezembro de 2023	25	71 034 585,33	-5 622 350,51	2 844 452,20	4 592 009,89	72 848 696,91
Em 1 de janeiro de 2024		71 034 585,33	-5 622 350,51	2 844 452,20	4 592 009,89	72 848 696,91
Variações relacionadas c/ subsídios ao investimento				120 711,46		120 711,46
Outras variações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
Resultado líquido do exercício					5 875 614,09	5 875 614,09
Resultado extensivo		0,00	0,00	120 711,46	5 875 614,09	5 996 325,55
Transferência do resultado líquido do exercício anterior			4 592 009,89		-4 592 009,89	0,00
Em 31 de dezembro de 2024	25	71 034 585,33	-1 030 340,62	2 965 163,66	5 875 614,09	78 845 022,46



**Anexo às
Demonstrações
Financeiras**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus (a seguir designado “Instituto” ou “IIHSCJ”) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com fins de saúde, sem fins lucrativos, com sede em Lisboa, na Rua Professor Luís da Cunha Gonçalves, nº 5, 1º esquerdo.

O Instituto tem por objeto a prestação de cuidados de saúde, em diversas áreas de especialidade, em regime de ambulatório e internamento: saúde mental e psiquiatria, reabilitação, demências e cuidados paliativos.

O Instituto dirige 12 unidades de saúde: 8 no continente, 2 na Madeira e 2 nos Açores, com as seguintes designações:

Casa de Saúde Stª Rosa de Lima – **CSSRL** – Belas

Casas de Saúde Bom Jesus – **CSBJ** – Braga

Casa de Saúde Rainha Stª Isabel – **CSRSI** – Condeixa

Casa de Saúde da Idanha – **CSI** – Idanha

Clínica Psiquiátrica S. José – **CPSJ** – Lisboa

Centro Psicogeriátrico Nª Senhora de Fátima – **CPNSF** – Parede

Centro de Recuperação de Menores – **CRM** – Assumar

Casa de Saúde Bento Menni – **CSBM** – Guarda

Casa de Saúde Câmara Pestana – **CSCP** – S. Gonçalo

Centro de Reabilitação Psicopedagógico da Sagrada Família – **CRPSF** – S. Roque

Casa de Saúde Nª Senhora da Conceição – **CSNSC** – S. Miguel

Casa de Saúde do Espírito Santo – **CSES** – Terceira

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de Direção de 29 de maio de 2025. É opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do Instituto, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. ENQUADRAMENTO FISCAL

O Código da Atividade Económica (CAE) principal do IIHSCJ é 86100 – Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento. Tem ainda como CAE’s secundários: 85591 – Formação Profissional, 56301 – Cafés e 96210 – Atividades de Salões de Cabeleireiro e Barbeiros.

Em janeiro de 2014 o IIHSCJ alterou o seu enquadramento em sede de IVA para o regime misto.

O IIHSCJ é isento em sede de IRC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

Os montantes constantes neste anexo são expressos em euros, tal como as demonstrações financeiras.

3.2 PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, o Instituto avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com a sua atividade. Da avaliação resultou que o Instituto prosseguirá a operar no futuro previsível, pressupondo-se a sua continuidade.

3.3 PRESSUPOSTO DO REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

Os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

3.4 REGIME CONTABILÍSTICO DO ACRÉSCIMO

O Instituto regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos quando ocorrem independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber” ou “Outras contas a pagar”, respetivamente.

3.5 CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.6 MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na

demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.7 COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido.

3.8 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

3.9 JUÍZOS DE VALOR E ESTIMATIVAS CRÍTICAS UTILIZADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

3.9.1 Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

As depreciações/amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização, pelo sistema de duodécimos. As taxas de depreciação/amortização praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

3.9.2 Imparidades em contas a receber e clientes

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação do Instituto da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do devedor e da deterioração da situação creditícia dos principais devedores. Caso as condições financeiras dos devedores se deteriore, as perdas de imparidades poderão ser superiores ao esperado.

3.9.3 Provisões

O Instituto exerce julgamento considerável no reconhecimento e mensuração das provisões. O julgamento é imprescindível para aferir a probabilidade que determinado processo em contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando o Instituto espera, relativamente aos processos em curso, que a perda seja provável, seja plausível uma saída de fundos e, por sua vez,

possa ser razoavelmente estimada. Em virtude das incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser distintas das perdas estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações, à medida que surge nova informação sobre o processo.

3.10 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de 12 meses e que possam ser imediatamente ou muito rapidamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor.

3.11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- a) ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- b) ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

São classificados e mensurados ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado. São classificados e mensurados ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima.

As variações de justo valor são analisadas em cada data de relato e registadas nos resultados de exercício.

3.12 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Quando numa determinada classe de ativos existem diferenças significativas entre a quantia escriturada segundo o modelo do custo e o justo valor, o IHSCJ aplica o modelo de revalorização a essa classe de ativos.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, por duodécimos, sendo o valor dos bens depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo aplicadas as seguintes taxas, de acordo com o DR 25/2009:

Classe do ativo	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	2,5% – 20%
Equipamento básico	5% - 100%
Equipamento de transporte	14,3% - 25%
Equipamento administrativo	12,5% - 100%
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% - 100%

3.13 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos é o seu justo valor à data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas de acordo com o método da linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.14 IMPARIDADES DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos não correntes com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence. A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é registada de imediato na Demonstração dos Resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da quantia recuperável do ativo. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na Demonstração dos Resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.15 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de clientes e outras contas a receber são mensuradas ao custo menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados.

Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

3.16 INVENTÁRIOS

Os inventários compreendem as matérias subsidiárias e de consumo e encontram-se valorizadas ao mais baixo, entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição compreende todas as despesas incorridas até ao armazenamento dos inventários, sendo utilizado o custo médio ponderado como método de custeio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de venda. Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica das perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.17 RÉDITO

O rédito associado com uma transação que envolva a prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para o Instituto; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os gastos incorridos com a transação e os gastos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

3.18 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios ao investimento são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que se cumprirão as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base

sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

3.19 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, enquanto IPSS, está isento de IRC ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 10º do CIRC.

Esta isenção foi-lhe reconhecida por Declaração do Ministério das Finanças – DR III Série - nº 165, de 19/07/1990, pág. 8374, no que respeita às seguintes categorias de rendimentos:

- ▶ **Categoria C** – rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;
- ▶ **Categoria D** – rendimentos agrícolas, exclusivamente para autoconsumo;
- ▶ **Categoria E** – rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- ▶ **Categoria F** – rendimentos prediais;
- ▶ **Categoria G** – ganhos de mais-valias.

3.20 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões quando: (i) o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), fruto de acontecimentos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Quando um destes requisitos não é preenchido, o Instituto procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como gasto financeiro na rubrica de “juros e outros gastos e perdas financeiras”.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados do Instituto.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.21 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A demonstração de fluxos de caixa (DFC) tem como finalidade proporcionar informação sobre os recebimentos e pagamentos em dinheiro no decurso da atividade corrente e operacional, bem como evidenciar a aplicação de dinheiro em investimentos e a obtenção de recursos monetários através de financiamentos, para se adaptar às necessidades e oportunidades futuras.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgadas as entradas e saídas de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras pela Direção do Instituto, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de fecho de contas, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, quando considerados materialmente relevantes.

5. GESTÃO DE RISCOS DA ATIVIDADE

O IIHSCJ está, no âmbito da sua atividade, sujeito a diversos riscos. O Instituto dispõe de um Sistema de Controlo Interno que, de uma forma centralizada, define e faz implementar as políticas de gestão de risco.

5.1 RISCO DE CRÉDITO

A gestão do IIHSCJ define e revê periodicamente a estratégia de gestão de risco de crédito, que consta de regras internas e procedimentos definidos pela Direção.

5.2 RISCO DE MERCADO

A exposição ao risco de mercado é bastante residual e entende-se como principal risco os níveis e antiguidade de stocks.

A Direção tem definidas políticas de gestão deste risco sendo regularmente acompanhada a antiguidade e o volume de stocks, por forma a controlar eventuais desvios relativamente aos níveis considerados normais, tendo em conta o mercado e a evolução futura, enquadradas com as políticas internas.

5.3 RISCO DE LIQUIDEZ

Anualmente é elaborado um orçamento em que constam as necessidades de tesouraria de cada unidade de saúde e é feita a respetiva consolidação pela Sede. Cada orçamento, assim como o consolidado, é analisado e aprovado pela Direção do IIHSCJ, que quantifica e integra as diretrizes estratégicas de gestão de liquidez, nomeadamente no que concerne à composição e diversidade das fontes de financiamento.

Mensalmente são analisados os desvios através dos mapas de controlo orçamental, sendo tomadas decisões para a sua correção.

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

O Instituto calcula as depreciações/amortizações pelo método da linha reta e utiliza o regime de duodécimos para calcular a depreciação/amortização do ano da entrada em funcionamento ou utilização dos seus ativos.

Em 2024 o Instituto concluiu o processo de implementação da contabilidade analítica e do Sistema de Inventário Permanente. Neste sistema de apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas há um registo contínuo e em tempo real de todas as movimentações das mercadorias vendidas e das matérias consumidas. A qualquer momento é possível saber o valor deste custo.

7. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as vendas e serviços prestados apresentam a seguinte composição, comparativamente a 2023:

	Vendas e serviços prestados			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Internamento	77 862 885,18	70 586 584,05	7 276 301,13	10%
SNS	56 646 949,95	52 558 480,73	4 088 469,22	8%
Outras Entidades	7 590 657,13	7 192 552,21	398 104,92	6%
Particulares	13 625 278,10	10 835 551,10	2 789 727,00	26%
Outras atividades assistenciais	2 217 440,05	1 952 435,26	265 004,79	14%
Consultas	1 177 791,89	995 681,70	182 110,19	18%
Serviços de reabilitação	847 559,98	779 122,41	68 437,57	9%
Área de dia	76 859,00	73 258,11	3 600,89	5%
Apoio domiciliário	115 229,18	104 373,04	10 856,14	10%
Outra atividade	2 447 608,80	2 138 280,47	309 328,33	14%
Vendas	18 671,36	36 999,20	-18 327,84	-50%
Acréscimos de faturação	53 008,81	0,00	53 008,81	
Outros serviços	2 375 928,63	2 101 281,27	274 647,36	14%
	82 527 934,03	74 677 299,78	7 850 634,25	11%

Verifica-se um aumento da totalidade das rubricas de prestações de serviços.

O incremento da rubrica do internamento ficou a dever-se ao aumento do valor da diária de internamento em psiquiatria do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que passou de 65€ em 2023 para 68€ em 2024 (um aumento de 4,62%).

Em igual sentido, a diária de internamento em psiquiatria dos Serviços Regionais de Saúde também aumentou: nos Açores, de 45,5€ para 49,5€ (+8,79%). Na Madeira a diária de longo internamento, aumentou de 52,18€ para 57,45€ (+10,1%) e reflete-se a diária diferenciada para a unidade da RNCCI de 90,23€ (mais 2,3% do que em 2023).

A faturação de um complemento complexidade a partir de abril de 2024 também contribuiu para o aumento da rubrica do internamento.

O Instituto continuou a desenvolver esforços, iniciados em 2022, no sentido de ampliar o segmento de particulares, seja em regime de internamento puramente privado ou em quartos individuais e quartos duplos, assim como pelo aumento da oferta de novas áreas de intervenção.

A atividade de 2024 resultou num acréscimo no número de dias de internamento, principalmente devido à alta rotatividade do curto internamento, nomeadamente na Casa de Saúde de Câmara Pestana, na Madeira. Para isso também contribuiu o aumento de 10 camas na Casa de Saúde do Bom Jesus e de 3 camas na Casa de Saúde Bento Menni.

8. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios, doações e legados à exploração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como se segue:

	Subsídios, doações e legados à exploração			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	541 824,21	522 044,64	19 779,57	4%
Subsídios de Outras Entidades	358 477,50	428 602,82	-70 125,32	-16%
Donativos	408 033,21	307 111,63	100 921,58	33%
	1 308 334,92	1 257 759,09	50 575,83	4%

Em 2024 o Instituto continuou a receber subsídios do Estado e de Outros Entes Públicos, a par de outras entidades que têm apoiado projetos de inovação e setores da sociedade mais desfavorecidos. Tal como no ano anterior, verificou-se novamente um aumento dos subsídios concedidos pela Câmara Municipal de Sintra, no âmbito das Operações Integradas Locais (PRR OIL – Equipas de saúde mental (área das demências) ao domicílio). Da mesma forma aumentaram os subsídios concedidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, tal como evidencia o quadro abaixo:

	Entidades subsidiadoras			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Fundos Europeus	215 843,62	290 189,23	-74 345,61	-26%
Câmara Municipal Sintra	208 848,59	163 821,85	45 026,74	27%
Governo Regional da Madeira	183 912,69	170 553,67	13 359,02	8%
Segurança Social	137 341,81	129 354,05	7 987,76	6%
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	63 941,88	21 691,77	42 250,11	195%
GRA - Direção Regional da Saúde dos Açores	19 356,53	63 792,00	-44 435,47	-70%
Outras Entidades	479 089,80	418 356,52	60 733,28	15%
	1 308 334,92	1 257 759,09	50 575,83	4%

Apresentamos a discriminação dos projetos subsidiados à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Projetos subsidiados

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Continente				
ERASMUS	0,00	5 156,80	-5 156,80	
Câmara Municipal de Sintra	0,00	90 213,05	-90 213,05	
ACM-Alto Comissariado Migração	0,00	28 537,51	-28 537,51	
POISE - Formação	211 493,62	214 925,64	-3 432,02	-2%
POISE - Projeto Parcerias p/ o Impacto	150,00	31 798,17	-31 648,17	-100%
Residência UVP - Unidade de Vida Protegida	37 269,93	25 189,77	12 080,16	48%
RIPA - Hospital de dia	0,00	36 930,00	-36 930,00	
SELF - Consulta Externa Adolescentes	20 000,00	20 000,00	0,00	0%
VITAE - Alojamento Temporário de Famílias Carenciadas	32 052,00	28 452,00	3 600,00	13%
Medidas no âmbito do Emprego	50 810,33	21 691,77	29 118,56	134%
PAFI	15 000,00	5 000,00	10 000,00	200%
Projeto REVIVAL	0,00	8 989,85	-8 989,85	
Remuneração de professores	18 869,73	16 996,28	1 873,45	11%
Projeto IDADE+ Ginásio Cerebral	15 000,00	15 000,00	0,00	0%
Projeto GINÁSIO CEREBRAL 2024	12 650,59	0,00	12 650,59	
Programa Parcerias p/ o Impacto - Reabilitação Cognitiva - Robot PEPE	0,00	835,72	-835,72	
PRR OIL	126 796,59	0,00	126 796,59	
Outros	12 929,78	11 886,50	1 043,28	9%
	566 797,01	588 722,81	-21 925,80	-4%
Madeira				
Remuneração de professores	180 407,39	167 592,72	12 814,67	8%
Ação escolar (passes, lanches e material ed. física)	3 505,30	2 960,95	544,35	18%
Projeto ERASMUS BEWATER	0,00	6 520,10	-6 520,10	
Projeto ERASMUS + "AGELESS"	4 200,00	0,00	4 200,00	
Projeto Companhia 48	9 000,00	14 544,73	-5 544,73	-38%
Projeto " Sou ator e autor da minha vida"	1 500,00	0,00	1 500,00	
Bolsa estágio	13 131,55	0,00	13 131,55	
Prémio Agricultor PAM	1 741,88	0,00	1 741,88	
Outros	590,17	1 209,87	-619,70	-51%
	214 076,29	192 828,37	21 247,92	11%
Açores				
Projeto Ergoterapia "Aprender a Ser"	84 960,00	89 370,00	-4 410,00	-5%
UVA Unidade Vida Autónoma - Acordo Coop. (renda/acomp.)	12 585,64	11 467,38	1 118,26	10%
Emprego protegido	2 526,24	3 326,90	-800,66	-24%
Programa de Apoio à Contratação - Contratar Estável	18 300,53	41 670,00	-23 369,47	-56%
Curso Carnaval/VI Natal Hospitaleiro/Marcha S. João	1 056,00	22 122,00	-21 066,00	-95%
Outros	0,00	1 140,00	-1 140,00	
	119 428,41	169 096,28	-49 667,87	-29%
	900 301,71	950 647,46	-50 345,75	-5%
Donativos	408 033,21	307 111,63	100 921,58	33%
TOTAL CONTA 75 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS	1 308 334,92	1 257 759,09	50 575,83	4%

9. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

	31-dez-24	31-dez-23	Var.	%
CMVMC	8 856 716,23	8 572 162,51	284 553,72	3%
	8 856 716,23	8 572 162,51	284 553,72	3%

Apurando o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas pelo Sistema de Inventário Permanente, é possível saber, a qualquer momento, o valor deste custo, pelo que não se aplica a fórmula do Sistema de Inventário Intermitente.

Em 2024 o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas aumentou cerca de 3% como consequência do aumento da atividade assistencial e da inflação.

10. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Honorários - área assistencial e não assistencial	3 985 030,05	3 537 047,19	447 982,86	13%
Serviços restauração	3 029 900,14	2 635 303,48	394 596,66	15%
Combustíveis e outros fluídos	2 218 119,41	2 073 240,39	144 879,02	7%
Trabalhos especializados	1 671 708,92	1 432 391,76	239 317,16	17%
Conservação e reparação	1 328 058,09	790 005,39	538 052,70	68%
Eletricidade	952 791,22	758 121,79	194 669,43	26%
Assessoria e informática	650 212,71	563 511,59	86 701,12	15%
Vigilância e segurança	388 961,61	349 911,21	39 050,40	11%
Água	341 795,60	300 678,90	41 116,70	14%
Limpeza, higiene e conforto	302 945,87	277 456,55	25 489,32	9%
Rendas e alugueres	186 386,93	177 479,66	8 907,27	5%
Comunicação	142 096,50	145 652,78	-3 556,28	-2%
Seguros	114 865,34	144 173,21	-29 307,87	-20%
Deslocações e estadas	102 997,82	95 629,39	7 368,43	8%
Materiais	100 469,83	69 906,64	30 563,19	44%
Publicidade	11 644,54	11 829,55	-185,01	-2%
Outros materiais e serviços consumidos	222 603,76	188 512,39	34 091,37	18%
	15 750 588,34	13 550 851,87	2 199 736,47	16%

Verifica-se um aumento de 16% nesta rubrica que representa cerca de 2 200 mil euros.

À semelhança de anos anteriores, a maior parcela refere-se ao gasto com honorários de trabalhadores independentes, cerca de 3,9 milhões de euros, sendo uma parte significativa referente aos serviços

prestados por enfermeiros. Em 2024 assistiu-se não só ao aumento do número destes prestadores, como também ao aumento do valor-hora.

Os serviços de restauração representam cerca de 3 milhões de euros. Em novembro de 2023 foi alterada a empresa fornecedora das refeições, refletindo-se em 2024 o aumento do custo deste serviço pelo impacto anual do acréscimo verificado aquando da renegociação, ponderado com o aumento da atividade dos Centros e do aumento de inflação e dos salários.

A rubrica dos trabalhos especializados aumentou 17% e inclui a assistência a obras e construções; saúde, higiene e segurança no trabalho; trabalhos tipográficos; lavandaria; serviços médicos, de enfermagem e de terapia; meios complementares de diagnóstico e de terapêutica; e outros trabalhos especializados (nomeadamente serviços de contratação de pessoal, de assistência e manutenção dos equipamentos das unidades de saúde e serviços de jardinagem).

Os gastos com conservação e reparação incluem os principais contratos de manutenção das infraestruturas do Instituto. Mas, o aumento significativo de 68% verificado de 2023 para 2024, tem um forte contributo de pequenas obras no Centro da Idanha (alterações de tubagens; arranjos exteriores; arranjos interiores no Edifício de S. João de Deus) e do Centro de Belas (preparação dos espaços onde as utentes irão viver durante as obras de requalificação da Casa de Saúde).

Os gastos com eletricidade sofreram um acréscimo de 26%, devido à reposição das Tarifas de Acesso às Redes (TAR) nos níveis regulares. No segundo semestre de 2023 estas tarifas estiveram excecionalmente baixas por imposição da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Na rubrica dos serviços de assessoria e informática também se verificou um aumento significativo (de 86,7 mil euros), principalmente devido à realização de um maior número de auditorias (internas e externas) no âmbito da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade.

Os serviços de comunicação e publicidade e os seguros foram os únicos serviços em que se verificou uma descida percentual em 2024.

11. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes montantes na rubrica de gastos com o pessoal:

	Gastos com o pessoal			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Remunerações do pessoal	41 311 385,11	37 404 502,14	3 906 882,97	10%
Encargos sobre remunerações	8 737 851,63	7 987 151,00	750 700,63	9%
Seguros	567 338,84	514 397,35	52 941,49	10%
Outros gastos com pessoal	936 533,29	1 088 529,89	-151 996,60	-14%
	51 553 108,87	46 994 580,38	4 558 528,49	10%

Esta rubrica aumentou 10% relativamente a 2023 (+4,6 milhões de euros), não só devido ao aumento de 7,9% do salário mínimo e a consequente atualização de algumas categorias profissionais, como também ao aumento das diuturnidades.

A implementação de duas folgas semanais, iniciada em 2023, continuou em algumas unidades de saúde, em que foi necessário aumentar o número de colaboradores. O crescimento de algumas áreas assistenciais e desenvolvimento de projetos no exterior também têm levado à necessidade de contratação de mais profissionais.

12. IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Durante o exercício económico de 2024 o IIHSCJ não constituiu imparidades das dívidas de entidades, mas constituiu imparidades das dívidas de clientes particulares (que estavam por liquidar até dezembro de 2023) no valor de cerca de 140 mil euros. Efetuou a reversão de imparidades em cerca de 275 mil euros.

	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Reversões de perdas por imparidade em dívidas clientes	275 027,93	71 491,51	203 536,42	285%
Perdas por imparidade em dívidas clientes	-140 005,49	-739 106,24	599 100,75	-81%
	135 022,44	-667 614,73	802 637,17	-120%

13. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 2024 os investimentos financeiros do IIHSCJ foram compostos por Bilhetes do Tesouro, Carteiras Discricionárias, Fundo de Compensação de Trabalho (FCT) e outros títulos.

Os valores de mercado das aplicações a 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

	Aumentos/reduções de justo valor			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
BILHETES DO TESOIRO				
Valor início ano	1 417 962,39	0,00	1 417 962,39	
Aquisições	8 129 406,65	7 815 544,98	313 861,67	4%
Alienações/Liquidações	-6 858 270,12	-6 458 570,99	399 699,13	6%
Gastos/rendimentos no ano	0,00	12 655,23	-12 655,23	
Valor final ano	2 740 379,63	1 417 962,39	1 322 417,24	93%
Valorização/Desvalorização	51 280,71	48 333,17	2 947,54	6%
CARTEIRAS DISCRICIONÁRIAS				
Valor início ano	7 818 644,70	7 167 622,86	651 021,84	9%
Aquisições	0,00	0,00	0,00	
Alienações/Liquidações	0,00	0,00	0,00	
Gastos/rendimentos no ano	164 235,66	94 102,75	70 132,91	75%
Valor final ano	8 291 022,52	7 818 644,70	472 377,82	6%
Valorização/Desvalorização	308 142,16	556 919,09	-248 776,93	-45%
OUTROS TÍTULOS				
Valor início ano	552,72	552,72	0,00	0%
Gastos/rendimentos no ano	0,00	0,00	0,00	
Valor final ano	552,72	552,72	0,00	0%
Valorização/Desvalorização	0,00	0,00	0,00	

FCT				
Valor inicial	337 387,12	341 941,01	-4 553,89	-1%
Aquisições	0,00	59 332,10	-59 332,10	
Gastos/rendimentos no ano	-2 433,66	-60 494,67	58 061,01	-96%
Devolução FCT	-337 387,12	0,00	-337 387,12	
Valor final ano	0,00	337 387,12	-337 387,12	
Valorização/Desvalorização	-2 433,66	-3 391,32	957,66	-28%
Aumentos / reduções de justo valor	356 989,21	601 860,94	-244 871,73	-41%

A variação na rubrica aumentos/reduções de justo valor do IIHSCJ é justificada essencialmente pelos movimentos dos valores nas Carteiras Discricionárias e respetivas valorizações no ano de 2024.

Foi determinante a existência de uma maior disponibilidade de tesouraria já no final de 2024, conseguida através da maior celeridade nos pagamentos por parte dos clientes (entidades).

14. OUTROS RENDIMENTOS

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de outros rendimentos tem o seguinte detalhe:

Outros rendimentos				
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Juros e rendimentos similares	356 707,21	208 733,75	147 973,46	71%
Descontos de pronto pagamento obtidos	41 770,10	37 428,01	4 342,09	12%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1 677 189,43	1 789 601,90	-112 412,47	-6%
	2 075 666,74	2 035 763,66	39 903,08	2%

Os outros rendimentos e ganhos operacionais verificaram um acréscimo em cerca de 40 mil euros (+2%). Este acréscimo provém essencialmente de juros e rendimentos similares e pode ser explicado por dois fatores. Em primeiro lugar, o aumento das taxas de juro iniciado no segundo semestre de 2023 que se manteve ao longo de todo o ano de 2024. Além disso, em 2023, só existiu remuneração das contas bancárias à ordem no segundo semestre de 2023, enquanto em 2024 a remuneração existiu durante todo o ano.

O detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos operacionais é o seguinte:

Outros rendimentos e ganhos operacionais				
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Reembolsos e participações	1 176 400,47	1 283 450,63	-107 050,16	-8%
Subsídios ao investimento	200 067,94	173 452,36	26 615,58	15%
Alugueres	85 835,93	170 919,02	-85 083,09	-50%
Correções relativas a períodos anteriores	24 745,08	61 291,81	-36 546,73	-60%
Rendimentos e ganhos em investim. não financeiros	17 530,39	3 586,79	13 943,60	389%
Comissões	5 560,45	4 844,20	716,25	15%
Restituição impostos	1 054,88	925,65	129,23	14%
Outros rendimentos e ganhos	165 994,29	91 131,44	74 862,85	82%
	1 677 189,43	1 789 601,90	-112 412,47	-6%

A rubrica dos reembolsos e participações, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, tem o seguinte detalhe:

Comparticipações				
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Complemento dependência	847 756,01	997 223,60	-149 467,59	-15%
Bar externo	79 446,93	75 482,75	3 964,18	5%
UVP/Residências	45 734,14	40 506,98	5 227,16	13%
Outros reembolsos e participações	203 463,39	170 237,30	33 226,09	20%
	1 176 400,47	1 283 450,63	-107 050,16	-8%

Desde abril de 2024 o Instituto deixou de faturar o complemento de dependência aos utentes, daí o grande decréscimo nesta rubrica. Em vez disso e derivado da crescente complexidade dos utentes recebidos, o Instituto passou a faturar um complemento de complexidade aos mesmos, um dos fatores responsáveis pelo aumento da rubrica da prestação de serviços (internamento), como já referido anteriormente.

A rubrica de subsídios ao investimento regista o reconhecimento em resultados dos subsídios destinados ao investimento em ativo fixo tangível, maioritariamente obras, concedidos por diversas entidades. Este reconhecimento é efetuado ao longo da vida útil estimada para o investimento concedido. No ano 2024 esta rubrica atinge cerca de 200 mil euros.

Subsídios ao investimento				
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Subsídios	184 051,97	166 732,77	17 319,20	10%
Subsídios Edifícios Hospitalares	149 093,42	145 152,86	3 940,56	3%
Belas	25 263,36	25 263,36	0,00	
C. M. Sintra: Unidade de Cuidados Continuados	8 241,00	8 241,00	0,00	0%
ARS Lisboa: Unidade de Cuidados Continuados	17 022,36	17 022,36	0,00	0%
Braga	1 183,23	1 183,20	0,03	
Indemnização Incêndio 1º Edif. Sagrado Coração que alastrou à Unidade S. Luís	1 183,23	1 183,20	0,03	0%
Idanha	7 352,75	6 831,27	521,48	
C. M. Sintra: Remodelação instalações sanitárias - Unidade 15	500,04	41,67	458,37	1100%
C. M. Sintra: Remodelação espaço multifuncional	252,00	252,00	0,00	0%
FEDER: Remodelação da Unidade 9 - Cuidados Paliativos	6 537,60	6 537,60	0,00	0%
C. M. Sintra: Beneficiação do Campo Ludo terapêutico	63,11	0,00	63,11	0%
Parede	3 419,07	0,00	3 419,07	
Pintura e Remodelação Exterior	3 419,07	0,00	3 419,07	
S. Gonçalo	31 750,44	31 750,44	0,00	
G. R. Madeira: Remodelação da Unidade de S. Camilo	31 750,44	31 750,44	0,00	0%
S. Roque	80 124,57	80 124,59	-0,02	
G. R. Madeira: Remod. Beneficiação Blocos B1 A B7	6 811,18	6 811,19	-0,01	0%
G. R. Madeira: Remod. Bloco B6	70 259,41	70 259,42	-0,01	0%
G. R. Madeira: Remod. Res. Transição Jovens Feminina	3 053,98	3 053,98	0,00	0%

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Subsídios Médico Cirúrgico	3 830,77	3 341,43	489,34	15%
Subsídios Hospitalar	7 622,04	3 320,02	4 302,02	130%
Subsídios de Hotelaria	821,27	819,59	1,68	0%
Subsídios Outro Equipamento Básico	2 836,32	2 836,32	0,00	0%
Subsídios Veículos Automóveis	13 361,40	5 129,31	8 232,09	160%
Subsídios Equipamento Administrativo	1 888,68	940,26	948,42	101%
Subsídios Equipamento Informático	4 598,07	5 192,98	-594,91	-11%
Donativos	15 259,48	5 123,96	10 135,52	198%
Donativos Edifícios Hospitalares	2 074,70	1 786,76	287,94	16%
Jardim Edifício S. Bento - Condeixa	2 074,70	1 786,76	287,94	16%
Donativos Médico Cirúrgico	6 300,25	2 067,72	4 232,53	205%
Donativos Hospitalar	175,08	175,08	0,00	0%
Donativos Hotelaria	962,86	903,00	59,86	7%
Donativos Veículos Automóveis	4 507,00	0,00	4 507,00	
Donativos Equipamento Administrativo	191,40	191,40	0,00	0%
Donativos Equip. Informático	1 048,19	0,00	1 048,19	
Ofertas	210,00	0,00	210,00	
Oferta Hotelaria	210,00	0,00	210,00	
Reembolsos	546,47	1 595,62	-1 049,15	-66%
Reembolsos Médico Cirúrgico	399,24	399,24	0,00	0%
Reembolsos Outro Equipamento Básico	147,24	147,24	0,00	0%
Reembolsos Equipamento Informático	0,00	1 049,14	-1 049,14	
	200 067,94	173 452,35	26 615,58	15%

15. OUTROS GASTOS

A rubrica outros gastos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composta como segue:

	Outros gastos			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Correções a períodos anteriores	103 919,29	133 673,24	-29 753,95	-22%
Impostos	16 510,90	14 081,40	2 429,50	17%
Dívidas incobráveis	6 944,47	1 746,56	5 197,91	298%
Quotizações	1 537,50	1 794,50	-257,00	-14%
Donativos	315,00	420,00	-105,00	-25%
Outros	296 792,42	326 727,78	-29 935,36	-9%
	426 019,58	478 443,48	-52 423,90	-11%

As correções relativas a períodos anteriores compreendem, entre outras:

- correções de faturas cujo período deveria ter afetado o exercício de 2023;
- regularizações de notas de crédito de clientes, relativas a adiantamentos de clientes de períodos anteriores;
- reforço da provisão para férias e subsídio de férias do ano anterior.

A diminuição nos outros gastos (9%) ficou a dever-se à rubrica "outros". Inclui maioritariamente os gastos com emprego e oficinas protegidas, com serviços e artigos para tempos livres e terapia e com os prémios a doentes por serviços de ergoterapia, conforme detalhe no quadro abaixo:

	Outros			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Compensação-Emprego/Oficinas Protegidas	118 204,30	115 092,45	3 111,85	3%
Serviços e artigos p/ tempos livres e terapia	122 602,19	98 122,05	24 480,14	25%
Prémio a doentes por serv. ergoterapia	43 547,00	36 139,15	7 407,85	20%
Artigos de culto	4 799,81	4 192,88	606,93	14%
Multas e penalidades	61,32	75,97	-14,65	-19%
Outros gastos e perdas	7 577,80	73 105,28	-65 527,48	-90%
	296 792,42	326 727,78	-29 935,36	-9%

16. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento nos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, é o seguinte:

	Movimento ativos fixos tangíveis						
	Terrenos e edifícios	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. administ.	Out. ativos fixos tangíveis	Em curso	Total
Custo de aquisição							
Em 1/janeiro/2023	108 250 925,46	31 854 277,59	1 054 330,63	4 598 493,87	723 743,51	114 164,80	146 595 935,86
Aquisições	74 618,57	694 659,14	41 572,89	264 663,38	5 338,44	818 752,34	1 899 604,76
Alienações e abates	0,00	-65 373,33	0,00	-13 730,46	-1 242,53	0,00	-80 346,32
Transferências	284 253,33	117 073,52	0,00	33 179,23	4 688,76	-439 194,84	0,00
Ajust. e recl. (pedido IVA)	-10 369,21	-18 022,26	0,00	0,00	0,00	-31 395,96	-59 787,43
Em 31/dez/2023	108 599 428,15	32 582 614,66	1 095 903,52	4 882 606,02	732 528,18	462 326,34	148 355 406,87
Em 1/janeiro/2024	108 599 428,15	32 582 614,66	1 095 903,52	4 882 606,02	732 528,18	462 326,34	148 355 406,87
Aquisições	231 479,69	1 035 024,50	79 007,01	195 233,85	1 856,77	2 795 993,67	4 338 595,49
Alienações e abates	0,00	-83 816,11	0,00	-18 123,86	0,00	0,00	-101 939,97
Transferências	2 384 948,91	398 125,82	0,00	5 846,30	0,00	-2 788 921,03	0,00
Ajust. e recl. (pedido IVA)	-188 789,57	-14 507,14	0,00	0,00	0,00	-2 579,76	-205 876,47
Em 31/dez/2024	111 027 067,18	33 917 441,73	1 174 910,53	5 065 562,31	734 384,95	466 819,22	152 386 185,92
Depreciação acumulada							
Em 1/janeiro/2023	-50 906 686,32	-28 380 524,95	-1 023 419,54	-4 501 326,84	-692 817,72	0,00	-85 504 775,37
Depreciação do exercício	-2 658 216,91	-868 475,68	-14 570,56	-154 175,75	-14 358,12	0,00	-3 709 797,02
Alienações e abates	0,00	65 580,80	0,00	13 730,46	1 242,53	0,00	80 553,79
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31/dez/2023	-53 564 903,23	-29 183 419,83	-1 037 990,10	-4 641 772,13	-705 933,31	0,00	-89 134 018,60

Em 1/janeiro/2024	-53 564 903,23	-29 183 419,83	-1 037 990,10	-4 641 772,13	-705 933,31	0,00	-89 134 018,60
Depreciação do exercício	-2 770 882,55	-925 820,17	-29 870,46	-202 934,28	-12 150,63	0,00	-3 941 658,09
Alienações e abates	0,00	83 816,11	0,00	18 123,89	0,00	0,00	101 940,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31/dez/2024	-56 335 785,78	-30 025 423,89	-1 067 860,56	-4 826 582,52	-718 083,94	0,00	-92 973 736,69
Valor líquido							
Em 31/dez/2023	55 034 524,92	3 399 194,83	57 913,42	240 833,89	26 594,87	462 326,34	59 221 388,27
Em 31/dez/2024	54 691 281,40	3 892 017,84	107 049,97	238 979,79	16 301,01	466 819,22	59 412 449,23

Os edifícios e outras construções, incluídos na rubrica terrenos e edifícios, referem-se a obras efetuadas em propriedade alheia. São, portanto, propriedade da Província Portuguesa da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus e encontram-se cedidas a título precário ao Instituto para prossecução dos seus fins nas diversas unidades de saúde.

No ano 2024 o investimento bruto do Instituto foi de cerca de 4,3 milhões de euros (mais de 100% do que em 2023). Deste valor destacam-se 871 mil de euros relativos à Remodelação do Edifício S. José em Condeixa, 254 mil euros relativos à Pintura e Remodelação Exterior do Centro Psicogeriátrico N^a Senhora de Fátima, 206 mil euros relativos à Remodelação Unidade Sagrado Coração de Jesus em Braga. Além de outras obras de menor valor nas várias unidades de saúde hospitaleiras, houve também um grande investimento na aquisição de equipamento básico.

Dentro do equipamento básico, referência para os Centros de Braga, Condeixa e Idanha que deram continuidade à implementação das Unidades de Produção para Autoconsumo de Energia Fotovoltaica.

Os Centros de Lisboa e de S. Gonçalo (Funchal) deram início ao processo para implementação das suas Unidades de Produção para Autoconsumo de Energia Fotovoltaica.

Em 2024 os gastos com depreciações de ativos fixos tangíveis aumentaram 6% relativamente a 2023.

	Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização				
De Ativo Fixo Tangível	3 941 658,06	3 709 797,02	231 861,04	6%
De Ativo Fixo Intangível	242,17	7 223,59	-6 981,42	-97%
	3 941 900,23	3 717 020,61	224 879,62	6%

O detalhe do investimento em curso a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentado da seguinte forma:

	Centro	Investimento em curso					
		31-dez-23	Aquisições	IVA	Aquis. Liq.	Transf.	31-dez-24
Finalizado em 2024							
Remodelação Unidade S. José	Braga	81 235,84	149 181,55		149 181,55	230 417,39	0,00
Remodelação Unidade Sagrado Coração de Jesus	Braga		206 116,88		206 116,88	206 116,88	0,00
Remodelação Edifício S. José	Condeixa	43 878,86	870 767,44		870 767,44	914 646,30	0,00
Remodelação Vivenda S. José	Condeixa		37 916,10		37 916,10	37 916,10	0,00
Remodelação Lavandaria	Condeixa		105 559,19		105 559,19	105 559,19	0,00
Reconversão do Antigo Campo de Férias para Habitação	Idanha		42 808,50		42 808,50	42 808,50	0,00
Beneficiação do Campo Ludo terapêutico	Idanha		93 341,50		93 341,50	93 341,50	0,00
Cobertura da Residência das Estrelas	Idanha		132 094,80		132 094,80	132 094,80	0,00
Beneficiação Sistema de Ar do Edifício C	Idanha	684,94			0,00	684,94	0,00
Beneficiação Cobertura do Edifício Unidade 7	Lisboa		150 783,76		150 783,76	150 783,76	0,00
Pintura e Remodelação Exterior CPNSF	Parede	104 036,16	253 895,12		253 895,12	357 931,28	0,00
Plano Segurança - Medidas Auto-Proteção	Parede		66 268,10		66 268,10	66 268,10	0,00
Parque Estacionamento	SM	23 142,61	23 237,56		23 237,56	46 380,17	0,00
		252 978,41	2 131 970,50	0,00	2 131 970,50	2 384 948,91	0,00
Em curso em 2024							
Início antes de 2024							
Remodelação CSSRL	Belas	103 387,44			0,00	0,00	103 387,44
Ampliação da Residência de Apoio Máximo	Condeixa	6 971,67			0,00	0,00	6 971,67
Impermeabilização de várias Unidades	Condeixa	12 674,15	3 220,50	-293,72	2 926,78	0,00	15 600,93
Película espelhada nas janelas	Condeixa	9 203,25	-9 203,25		-9 203,25	0,00	0,00
Residência de Apoio Máximo (5º PISO)	SG	5 503,95	19 263,82		19 263,82	0,00	24 767,77
Residência de Treino Autonomia (8º PISO)	SG	6 727,05	23 544,68		23 544,68	0,00	30 271,73
Remodelação do Auditório	SR	16 161,15	23 544,68		23 544,68	0,00	39 705,83
Zona A - Refeitório/Vestuário colaboradores	SM	13 783,28	29 497,86	-122,84	29 375,02	0,00	43 158,30
Zona B - Refeitório/Vestuário colaboradores	SM	13 783,28	31 703,60	-125,65	31 577,95	0,00	45 361,23
Zona C - Ambulatório	SM	12 066,26	21 239,27	-141,90	21 097,37	0,00	33 163,63
Remodelação CSBM	Guarda	9 086,45	32 188,16		32 188,16	0,00	41 274,61
		209 347,93	174 999,32	-684,11	174 315,21	0,00	383 663,14
Início em 2024							
Plano Segurança - Medidas Auto-Proteção	Condeixa		15 313,21		15 313,21	0,00	15 313,21
RAMA (Residência de Apoio Máximo)	Idanha		6 609,88		6 609,88	0,00	6 609,88
UDPA (Unidade de Dia e Promoção da Autonomia)	Idanha		6 609,88		6 609,88	0,00	6 609,88
Marmita Basculante	Idanha		5 570,46		5 570,46	0,00	5 570,46
Unidade Cuidados Continuados Integrados Pediátricos	SR		4 892,40		4 892,40	0,00	4 892,40
Painéis Fotovoltaicos	SM		2 864,90		2 864,90	0,00	2 864,90
Área de Dia	Terceira		41 111,64	-1 895,65	39 215,99	0,00	39 215,99
Painéis Fotovoltaicos	Terceira		2 079,36		2 079,36	0,00	2 079,36
		0,00	85 051,73	-1 895,65	83 156,08	0,00	83 156,08

Outras iniciadas e transitadas p/ equipamento e gastos						
Unidade de Produção p/ Autoconsumo de Energia Fotovoltaica	Braga	112 460,84	112 460,84	112 460,84	0,00	
Unidade de Produção p/ Autoconsumo de Energia Fotovoltaica	Condeixa	104 130,41	104 130,41	104 130,41	0,00	
Sistema Som Zona Antiga	Idanha	5 846,30	5 846,30	5 846,30	0,00	
Unidade de Produção p/ Autoconsumo de Energia Fotovoltaica	Idanha	139 322,84	139 322,84	139 322,84	0,00	
Termoacumulador e Vasos de Expansão	Parede	10 052,90	10 052,90	10 052,90	0,00	
Bomba de calor	Assumar	30 806,32	30 806,32	30 806,32	0,00	
Equipamento de ar condicionado	SG	1 352,51	1 352,51	1 352,51	0,00	
		0,00	403 972,12	0,00	403 972,12	403 972,12
Total		462 326,34	2 795 993,67	-2 579,76	2 793 413,91	2 788 921,03
						466 819,22

17. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

	Investimento em ativos intangíveis			
	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Em curso	Total
Custo de aquisição				
Em 1 de janeiro de 2023	731 593,93	701 561,14	0,00	1 433 155,07
Aquisições	266,94	1 298,33	0,00	1 565,27
Alienações e abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31 de dezembro de 2023	731 860,87	702 859,47	0,00	1 434 720,34
Em 1 de janeiro de 2024	731 860,87	702 859,47	0,00	1 434 720,34
Aquisições	0,00	242,17	0,00	242,17
Alienações e abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31 de dezembro de 2024	731 860,87	703 101,64	0,00	1 434 962,51
Depreciação acumulada				
Em 1 de janeiro de 2023	-725 935,61	-701 561,14	0,00	-1 427 496,75
Depreciação do exercício	-5 925,26	-1 298,33	0,00	-7 223,59
Alienações e abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31 de dezembro de 2023	-731 860,87	-702 859,47	0,00	-1 434 720,34
Em 1 de janeiro de 2024	-731 860,87	-702 859,47	0,00	-1 434 720,34
Depreciação do exercício	0,00	-242,17	0,00	-242,17
Alienações e abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31 de dezembro de 2024	-731 860,87	-703 101,64	0,00	-1 434 962,51
Valor líquido				
Em 31 de dezembro de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31 de dezembro de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00

Não houve investimento significativo em ativo intangível no ano de 2024 (242,17€).

18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica de investimentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composta como segue:

Em euros	Justo valor	Justo valor	Var	%
	31-dez-24	31-dez-23		
Instrumentos Financeiros				
Obrigações				
OT Março 97 -00	552,72	552,72	0,00	0%
	552,72	552,72	0,00	0%
Outros				
FCT - Fundo de Compensação Trabalho	0,00	337 387,12	-337 387,12	-100%
	552,72	337 939,84	-337 387,12	-100%

Os investimentos financeiros incluem o valor dos instrumentos financeiros detidos pelo IIHSCJ e os valores despendidos para o Fundo de Compensação do Trabalho.

O montante de 552,72 euros representa um legado de onze obrigações "OT março 97-00" efetuado à Casa de Saúde Sta. Rosa de Lima - Belas.

As obrigações Espírito Santo Invest, no montante 500 mil euros, encontram-se incluídas no processo nº 3244/14.4T8LSB, relativo à massa insolvente do Espírito Santo Financial Portugal (ESFP).

O detalhe do justo valor por investimento financeiro é apresentado na nota 13.

19. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de inventários tem a seguinte composição:

	Inventários			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Medicamentos	539 768,07	497 192,21	42 575,86	9%
Dispositivos Médicos	473 656,94	522 464,21	-48 807,27	-9%
Produtos Alimentares	54 370,89	45 693,54	8 677,35	19%
Produtos Consumo Hoteleiro	302 849,97	259 694,13	43 155,84	17%
Material de Rouparia	643,68	2 705,39	-2 061,71	-76%
Material de Consumo Administrativo	29 057,89	29 560,62	-502,73	-2%
Outro material	30 236,25	145,40	30 090,85	20695%
	1 430 583,69	1 357 455,50	73 128,19	5%

Os inventários são na sua maioria constituídos por medicamentos e dispositivos médicos utilizados nas unidades de saúde hospitalares do IIHSCJ, na atividade de prestação de serviços de saúde.

Registou-se um aumento de 5% nesta rubrica.

20. CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os que se seguem:

	Créditos a receber			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Cientes				
SNS e Inst. Segurança Social	5 978 250,81	8 270 529,11	-2 292 278,30	-28%
SRS – Madeira	2 164 714,91	2 900 432,08	-735 717,17	-25%
SRS – Açores	4 062 910,50	3 604 401,50	458 509,00	13%
Outras entidades	2 219 268,03	2 216 637,56	2 630,47	0 %
Utentes particulares	2 091 226,88	1 899 481,07	191 745,81	10%
Subtotal Cientes	16 516 371,13	18 891 481,32	-2 375 110,19	-13%
Cientes Cobrança Duvidosa	1 006 557,41	1 154 910,00	-148 352,59	-13%
Entidades	277 530,83	468 897,93	-191 367,10	-41%
Particulares	729 026,58	686 012,07	43 014,51	6%
Perdas por Imparidades Acumuladas	-1 006 557,41	-1 154 910,00	148 352,59	-13%
Entidades	-277 530,83	-468 897,93	-191 367,10	-41%
Particulares	-729 026,58	-686 012,07	43 014,51	6%
	16 516 371,13	18 891 481,32	-2 375 110,19	-13%

O detalhe desta rubrica demonstra uma diminuição de 15% nos créditos a receber das entidades, que se ficou a dever ao processo de reestruturação das entidades públicas empresariais do SNS, já referido. Em 2024 o Instituto passou a faturar às Unidades Locais de Saúde (em vez das antigas entidades), que cumprem mais os prazos médios de pagamento. Em compensação, nos utentes particulares, ao longo de 2024, registou-se um acréscimo de 10% nos créditos a receber.

14 425 144,25	16 992 000,25	-2 566 856,00	-15%	Entidades
2 091 226,88	1 899 481,07	191 745,81	10%	Utentes Particulares
16 516 371,13	18 891 481,32	-2 375 110,19	-13%	

20.1 IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER

A monitorização do risco de crédito decorrente da atividade operacional é efetuada através de uma gestão permanente da carteira de devedores e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito, nomeadamente no que se refere à evolução da exposição de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente pelas áreas operacionais e financeira de cada unidade de saúde, cabendo à Direção Financeira do Instituto a monitorização a nível consolidado.

As perdas por imparidade para saldos a receber são consideradas em função das perdas estimadas, tendo por base uma análise das posições em aberto à data de relato.

Os movimentos na rubrica de perdas por imparidade podem ser apresentados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Imparidade de clientes			
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Imparidade de clientes a 1 de janeiro 2024	1 154 910,00	493 607,66	661 302,34	134%
Reforço entidades	0,00	337 158,50	-337 158,50	
Reversão entidades	-191 367,10	0,00	-191 367,10	
Reforço particulares	140 005,79	402 045,51	-262 039,72	-65%
Correção lançamento reforço particulares	0,00	-97,77	97,77	
Reversão particulares	-83 660,83	-71 589,28	12 071,55	17%
Correção lançamento reversão particulares	0,00	97,77	-97,77	
Utilização de imparidades particulares	-13 330,45	-6 312,39	7 018,06	111%
Correção lançamento utilização de imparidades particulares	0,30	0,00	0,30	
Imparidade de clientes a 31 de dezembro 2024	1 006 557,41	1 154 910,00	-148 352,59	-13%

O detalhe do valor das imparidades por entidades é o seguinte:

Imparidade de clientes	
Entidades	277 530,83
ARS L.V.T., IP	36 323,95
EMGFA	30 400,97
Sindicato Banc. Sul e Ilhas-SAMS	23 300,08
Polícia Segurança Pública-PSP-SAD	23 104,65
ARS Lisboa Vale Tejo	21 302,92
Inst. Segurança Social, IP - CDSS Lisboa	18 254,72
Médis	16 069,26
INSTITUTO ADMIN. DA SAÚDE, IP-RAM	13 482,32
Companhia Seguros Allianz Portugal	12 511,43
Unid.Local Saúde Litoral Alentejano	11 083,65
Outras	71 696,88
Utentes Particulares	729 026,58
Total	1 006 557,41

No final do ano 2024 o total das imparidades de clientes diminuiu face ao ano anterior, uma vez que só foram feitos novos reforços ao nível dos particulares (cerca 140 mil euros). Verificou-se a reversão de imparidades de clientes particulares (cerca de 84 mil euros), assim como a utilização de imparidades também de clientes particulares (cerca de 13 mil euros).

Houve uma reversão de imparidades de entidades de cerca de 191 mil euros.

Entendemos que mais valores sejam recuperáveis em 2025 continuando o trabalho que o Instituto tem vindo a fazer.

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo do Estado e outros entes públicos é como se segue:

Estado e outros entes públicos				
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Ativo				
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)				
Restituição IVA - obras e ativos tangíveis	269 088,24	96 890,97	172 197,27	178%
Restituição IVA - produtos alimentares	284 084,72	236 114,34	47 970,38	20%
Restituição IVA ano anterior	182 687,84	19 005,51	163 682,33	861%
	735 860,80	352 010,82	383 849,98	109%
Passivo				
Retenção impostos s/ rendimentos	265 754,09	284 270,96	-18 516,87	-7%
IVA a pagar	156 744,42	133 655,25	23 089,17	17%
Contribuições para a Segurança Social	951 744,67	887 745,39	63 999,28	7%
	1 374 243,18	1 305 671,60	68 571,58	5%
	-638 382,38	-953 660,78	-315 278,40	-33%

Do lado do ativo, verificou-se um aumento significativo do valor do IVA a ser restituído (cerca de 384 mil euros), não só porque houve mais obras em 2024 do que em 2023, mas também porque a Autoridade Tributária não restituiu ao Instituto o IVA das obras, dos ativos tangíveis e dos produtos alimentares desde julho de 2023 (inclusive).

Do lado do passivo verificou-se apenas um aumento de cerca de 69 mil euros dos valores a pagar ao Estado.

22. DIFERIMENTOS – ATIVO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os gastos diferidos têm a seguinte composição:

Gastos diferidos				
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Seguros	114 045,69	108 649,89	5 395,80	5%
Outros	17 264,25	31 735,98	-14 471,73	-46%
	131 309,94	140 385,87	-9 075,93	-6%

Esta rubrica inclui valores pagos de forma adiantada, relativamente a contratos que são reconhecidos em resultados no exercício seguinte.

23. OUTROS ATIVOS CORRENTES

A rubrica outros ativos correntes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tem a seguinte composição:

Outros ativos correntes				
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Outros devedores	426 060,69	286 622,02	139 438,67	49%
Devedores por acréscimos de rendimentos	195 318,61	276 088,86	-80 770,25	-29%
Adiantamentos a fornecedores	23 462,56	5 282,29	18 180,27	344%
Pessoal	5 828,30	4 826,13	1 002,17	21%
Instrumentos Financeiros	11 031 402,15	9 236 607,09	1 794 795,06	19%
Títulos da Dívida Pública	2 740 379,63	1 417 962,39	1 322 417,24	93%
Carteira Discricionária	8 291 022,52	7 818 644,70	472 377,82	6%
	11 682 072,31	9 809 426,39	1 872 645,92	19%

Em 2024 a aquisição de títulos da dívida pública, no valor de cerca de 2,7 milhões de euros, e a valorização dos ativos financeiros em carteira, explicam o acréscimo global desta rubrica. Tal foi possível devido à maior disponibilidade de tesouraria existente no final de 2024 e também já referida.

23.1 OUTROS DEVEDORES

Nos anos findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica outros devedores, que na sua maioria diz respeito a projetos, tem o seguinte detalhe:

Outros devedores				
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Projetos				
POISE 0372	410 877,16	281 533,40	129 343,76	46%
	410 877,16	281 533,40	129 343,76	46%
Depósitos de garantia				
Garantia bancária Sede (a favor da EDP_Ago/2006)	4 935,70	4 935,70	0,00	0%
Caução botija gás Braga (Pj_POISE)	29,92	29,92	0,00	0%
Caução Elis Condeixa	75,00	75,00	0,00	0%
	5 088,62	5 088,62	0,00	0%
Outros				
Outros devedores e credores diversos	10 094,91	0,00	10 094,91	49%
	426 060,69	286 622,02	139 438,67	49%

23.2 DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTO

Nos anos findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica outros devedores por acréscimos de rendimentos, tem o seguinte detalhe:

Devedores por acréscimo de rendimento

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Juros a receber	6 141,17	2 787,50	3 353,67	120%
Serviços de internamento a faturar às entidades	53 008,81	57 802,34	-4 793,53	-8%
RAMa	22 306,50	18 076,66	4 229,84	23%
Particulares	15 714,68	77,58	15 637,10	20156%
Administração Central da Saúde do Norte, IP	6 437,11	0,00	6 437,11	100%
Unidade Local de Saúde Amadora/Sintra	4 692,00	134,70	4 557,30	3383%
IASFA	2 473,75	12 959,06	-10 485,31	-81%
PSP	1 384,77	7 431,19	-6 046,42	-81%
Instituto da Segurança Social	0,00	12 128,40	-12 128,40	-100%
CGD	0,00	3 317,75	-3 317,75	-100%
GNR	0,00	3 100,00	-3 100,00	-100%
Médis	0,00	577,00	-577,00	-100%
Consignação IRS	0,00	23 046,19	-23 046,19	-100%
Consignação IVA	0,00	1 548,74	-1 548,74	-100%
Programa de Apoio à Contratação_2022	0,00	39 514,24	-39 514,24	-100%
Projetos IEF (Inst. Emprego e Formação Profissional)	0,00	3 438,55	-3 438,55	-100%
Outros	136 168,63	147 951,30	-11 782,67	-8%
	195 318,61	276 088,86	-80 770,25	-29%

Os serviços de internamento a faturar às entidades referem-se a serviços prestados pelo IIHSCJ no âmbito da sua atividade corrente e que, apesar de corresponderem ao ano 2024, serão faturados apenas no exercício seguinte.

24. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Caixa	61 099,62	52 873,81	8 225,81	16%
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6 788 857,80	5 037 068,73	1 751 789,07	35%
Equivalentes a Caixa	2 123 193,75	220 000,00	1 903 193,75	865%
	8 973 151,17	5 309 942,54	3 663 208,63	69%

Atendendo aos prazos curtos associados aos saldos apresentados acima, considera-se que o valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgadas as entradas e saídas de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

25. FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos patrimoniais do IIHSCJ a 31 de dezembro de 2024 e 2023 têm o seguinte detalhe:

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Fundo inicial	4 110 661,14	4 110 661,14	0,00	0%
Fundos adquiridos	66 923 924,19	66 923 924,19	0,00	0%
	71 034 585,33	71 034 585,33	0,00	0%
Resultados transitados	-1 030 340,62	-5 622 350,51	4 592 009,89	-82%
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 965 163,66	2 844 452,20	120 711,46	4%
Resultado líquido do exercício	5 875 614,09	4 592 009,89	1 283 604,20	28%
	78 845 022,46	72 848 696,91	5 996 325,55	8%

Em 2024 verificou-se uma melhoria substancial do resultado líquido, atingindo o valor de cerca de 5,9 milhões de euros. Esta melhoria foi possível essencialmente graças ao aumento do valor das vendas e serviços prestados (conforme referido na nota 7).

26. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A rubrica dos financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2024 e 2023 tem o seguinte detalhe:

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Não corrente				
Braga - CSBJ	9 000 000,00	9 660 000,00	-660 000,00	-7%
S. Gonçalo - CSCP	0,00	1 980 000,00	-1 980 000,00	-100%
	9 000 000,00	11 640 000,00	-2 640 000,00	-23%
Corrente				
Braga - CSBJ	660 000,00	600 000,00	60 000,00	10%
S. Gonçalo - CSCP	0,00	840 000,00	-840 000,00	-100%
	660 000,00	1 440 000,00	-780 000,00	-54%
	9 660 000,00	13 080 000,00	-3 420 000,00	-26%

A análise por unidade de saúde pode ser apresentada da seguinte forma:

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Braga - CSBJ	9 660 000,00	10 260 000,00	-600 000,00	-6%
S. Gonçalo - CSCP	0,00	2 820 000,00	-2 820 000,00	-100%
	9 660 000,00	13 080 000,00	-3 420 000,00	-26%

Esta rubrica apresenta os financiamentos concedidos às unidades de saúde hospitalares pela Província Portuguesa da Congregação das Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus. Em 2024 a Casa de Saúde Câmara Pestana liquidou a totalidade do seu empréstimo.

27. FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de fornecedores tem os seguintes valores:

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Fornecedores	1 485 798,34	1 475 343,82	10 454,52	1%
	1 485 798,34	1 475 343,82	10 454,52	1%

O saldo de 2024 manteve-se praticamente inalterado relativamente a 2023. O Instituto continua empenhado em pagar pontualmente aos seus fornecedores.

A quase totalidade das compras é realizada a fornecedores nacionais, conforme se pode verificar:

	31-dez-24	Peso	31-dez-23	Peso
Fornecedores nacionais	1 483 813,27	99,87%	1 473 188,68	99,85%
Fornecedores intra-comunitários	1 985,07	0,13%	2 155,14	0,15%
	1 485 798,34	100,00%	1 475 343,82	100%

28. DIFERIMENTOS – PASSIVO

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de diferimentos do passivo tem os seguintes valores:

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Outros rendimentos a reconhecer	264 400,89	218 406,00	45 994,89	21%
	264 400,89	218 406,00	45 994,89	21%

Os rendimentos a reconhecer são referentes a valores de subsídios de projetos cujo reconhecimento em ganho é efetuado na mesma proporção do reconhecimento do gasto.

Apresenta-se o quadro resumo dos rendimentos a reconhecer por projeto:

Rendimentos a reconhecer por projeto				
	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
POISE	247 156,94	177 811,38	69 345,56	39%
Câmara Municipal de Sintra	17 243,95	11 361,00	5 882,95	52%
Fundacion Bancária "La Caixa" BPI	0,00	20 880,00	-20 880,00	-100%
Programa de Apoio à Contratação - Contratar estável	0,00	3 220,00	-3 220,00	-100%
Outros	0,00	5 133,62	-5 133,62	-100%
	264 400,89	218 406,00	45 994,89	21%

29. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 os outros passivos correntes têm o seguinte detalhe:

	31-dez-24	31-dez-23	Var	%
Fornecedores de imobilizado	214 082,85	108 763,95	105 318,90	97%
Acréscimos de gastos				
Seguros a liquidar	16 001,15	41 063,87	-25 062,72	-61%
Remunerações a liquidar	6 439 170,12	5 790 757,96	648 412,16	11%
FSE a liquidar	71 066,84	81 974,70	-10 907,86	-13%
Outros acréscimos de gastos	5 723,50	3 081,50	2 642,00	86%
	6 531 961,61	5 916 878,03	615 083,58	10%
Outras contas a pagar				
Outros credores	165,38	15 607,31	-15 441,93	-99%
Adiantamento de clientes	466 612,21	402 949,12	63 663,09	16%
Outro pessoal	40 064,07	47 713,81	-7 649,74	-16%
	506 841,66	466 270,24	40 571,42	9%
	7 252 886,12	6 491 912,22	760 973,90	12%

Atendendo aos prazos curtos associados aos saldos apresentados acima, considera-se que o valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

30. CONTINGÊNCIAS, GARANTIAS E COMPROMISSOS

O IIHSCJ não tem reservas e garantias assumidas.

31. ATIVOS SOB GESTÃO

O IIHSCJ tem sob sua gestão pensões de utentes que nos anos 2024 e 2023 totalizam cerca de 17,8 milhões de euros.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de aprovação das demonstrações financeiras do ano 2024 continua a viver-se um período de conflito armado na Europa (em fevereiro de 2022 a Rússia invadiu a Ucrânia) e no Médio Oriente (em outubro de 2023 o grupo palestino Hamas atacou Israel a partir da Faixa de Gaza). A inflação continua a trajetória de redução iniciada em 2023.

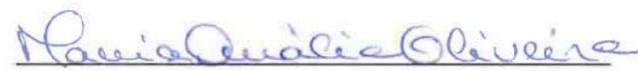
Estamos em crer que não haverá um impacto de maiores proporções nas contas do Instituto.

Por este motivo, à data de aprovação das demonstrações financeiras do ano 2024, a Direção do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus reconhece que não existem acontecimentos de impacto significativo que alterem a informação contida nestas demonstrações e anexos.

Lisboa, 28 de maio de 2025

A Direção do Instituto


(Paula Jacinta Moreira Gonçalves Carneiro - Presidente)


(Maria Anália Oliveira Antunes - Vice-Presidente)


(Laura Neves - Secretária)


(Maria Fernanda Macedo Oliveira - Tesoureira)


(Fernanda Maria Silva Esteves - Vogal)

CONTABILISTA CERTIFICADA


(Isabel Alexandra Sá Pereira Costa Fernandes)



Irmãs
Hospitaleiras
PORTUGAL

INSTITUTO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
Rua Prof. Luís da Cunha Gonçalves, 5 1.º Esq. | 1600-826 Lisboa
Tel. (+ 351) 217 108 140 (chamada para a rede fixa nacional) | sede@irmashospitaleiras.pt
www.irmashospitaleiras.pt